



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte de Dezembro de dois mil e oito.

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, o Sr. Carlos Rocha procedeu à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, o Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis e o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Também se encontrava ausente o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, Presidente da Junta de Avô, que designou, para seu substituto o Sr. António da Silva Antunes, e o Sr. Dr. José Carlos Vitorino Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que designou, para seu substituto, o Sr. Albino José Neves Rodrigues, vogal da mesma Junta de Freguesia.

Não se encontravam presentes nesta sessão a Sra. Eng.ª Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro e o Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que não remeteram as justificações relativas às suas ausências.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Em seguida, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha, procedeu à leitura do pedido de renúncia de mandato apresentado pelo Sr. António dos Santos Lopes, membro da Assembleia Municipal:

“Nos termos do art.º 76, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e na sequência do pedido de suspensão apresentado em 22 de Dezembro de 2007, sou a apresentar a renúncia ao mandato para que fui eleito, nas listas da CDU.

Este pedido deve-se a motivos da minha vida profissional e ainda pela vontade manifestada pela CDU, de conveniência de rotação dos eleitos.

Ao renunciar definitivamente ao mandato, quero aproveitar, para apresentar a V. Exa., à Mesa da Assembleia, aos eleitos directos e aos senhores Presidentes de Junta, os maiores êxitos pessoais e políticos em prol dos superiores interesses do Concelho.”

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 26 de Setembro de 2008, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção. Foi, também, colocada à votação a acta da sessão extraordinária de 14 de Novembro de 2008, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos do nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de pedido de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2009/2012, do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2009 e do Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanha a proposta de Orçamento.

Seguidamente, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções. Foi, então, dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, que depois de ter desejado a todos um Bom Natal, fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de deixar algumas palavras sobre o Sr. António dos Santos Lopes e sobre a sua passagem pela Assembleia Municipal.

Gostaria que ficasse, aqui, que em termos pessoais, sou amigo dele e tudo o que possa dizer, tem a ver um pouco com essa relação.

Em primeiro lugar, quero deixar uma palavra de reconhecimento ao Sr. António Lopes. Pedi a renúncia de mandato a esta Assembleia Municipal. As razões que invoca são as dele e nisso não me quero meter, mas reconheço que ele faz falta a esta Assembleia Municipal, pois não poderia deixar de realçar o contributo que este homem deu.

As suas críticas sempre frontais e apresentando soluções alternativas foram importantes numa forma própria de fazer política. Penso que, na política, não há inimigos, mas sim adversários.

António Lopes era, aqui, nesta Assembleia Municipal um adversário de respeito e só com adversários com capacidade crítica que tem a sociedade e o concelho oliveirense a evolução que exige e é necessária para que se possa tornar num concelho onde vale a pena viver.

A pluralidade de opiniões, o respeito por ouvir as propostas dos outros é, na minha modesta opinião, um contributo que todos, aqui, demos – também foi para isso que fomos eleitos –. Por isso queria deixar-lhe estas palavras de reconhecimento.

Também queria deixar outro reconhecimento a uma associação e ao papel que tem tido na sociedade oliveirense, uma associação com características diferentes das tradicionais – a OH's XXI.

A OH's XXI comemorou o seu décimo aniversário e, por isso, lhe deixo os meus parabéns. Na minha opinião, esta associação tem realizado um excelente trabalho nesta travessia de uma década, num trabalho sobretudo de parceria muito bem estruturado e onde se dão sempre referência aos ciclos de cinema, assim como os debates que promoveu e outros eventos que realizou.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quero saudar o facto de seis empresas, do nosso concelho, terem sido agraciadas com o prémio de PME Líder – um prémio atribuído pelo IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – e pelo Ministério da Economia. Isto reflecte que o nosso concelho até tem boas empresas e como a história demonstra tem grandes empresários.

Nesta fase difícil é fundamental que a Câmara Municipal esteja ao lado deles para os apoiar e para isso, na minha opinião, tem de criar rapidamente um gabinete de apoio aos empresários e, se calhar, um gabinete de apoio às pessoas de todo o concelho ou àquelas que têm algumas dificuldades.

Por último, gostaria de deixar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

A Câmara Municipal tem vindo a apoiar financeiramente os autores concelhios que editam livros. Concordo perfeitamente com esse apoio, mas gostaria de saber – porque ouço que, a alguns autores, a Câmara paga os livros na totalidade e a outros paga apenas um conjunto de livros. Eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara Municipal me informasse de quais são os critérios da atribuição desses donativos para esses autores.”

Depois, tomou a palavra o Sr. João Abreu, que depois de desejar um Bom Natal e Bom Ano de 2009, fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui, duas propostas, mas antes queria deixar uma nota, de certo modo de congratulação, pelo retomar dos trabalhos na Estrada Meruge/Lagares da Beira, mas não sem deixar de fazer o reparo para as más condições do piso entre o Seixo Branco e Lagares da Beira que está a ficar completamente degradado. A situação do campo de futebol é lamentável devido à lama e às más condições de circulação.

Gostaria, agora, de apresentar duas moções para serem colocadas à votação.

A primeira moção tem haver com a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, que motivou as situações que vivemos na última Assembleia extraordinária, onde constatámos que nós, presidentes de junta, somos parceiros menores neste enquadramento democrático e, portanto, nem podemos votar nem ser eleitos para associações que tem como fins específicos o desenvolvimento das localidades onde fomos eleitos.

Eu creio que isto é uma aberração legislativa que minoriza os presidentes de junta.

Do ponto de vista intelectual e político, classifica-nos como seres menores e, na minha opinião, isso não fica bem nem à democracia, nem à lei. Nós, como presidentes de junta não deveremos aceitar essa minorização que querem fazer de nós.

A moção diz o seguinte:

“A Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto, estabelece o regime jurídico do associativismo municipal revogando as leis n.º 10/2003 e 11/2003 de 13 de Maio.

Passando ao lado da incoerência da actual maioria governativa que enquanto oposição votou contra as leis atrás descritas, denunciando o seu carácter contrário à Constituição da República e ao espírito autárquico importa, agora, concentrar a análise no carácter discriminatório desta lei em relação aos presidentes das juntas de freguesia, legitimados, como os restantes eleitos autárquicos, pelo voto popular e integrando-se de pleno e legal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direito nas assembleias municipais. Com efeito, a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, consagra no n.º 3 do seu artigo 11.º que a Assembleia Intermunicipal será eleita nas assembleias municipais, apenas, pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da assembleia municipal eleitos directamente.

Nenhuma justificação de carácter legal ou funcional, por mais inverosímil que seja, é avançada para justificar a segregação dos presidentes de junta deste processo eleitoral. Como diz o nosso povo: “quem não se sente, não é filho de boa gente”, e os presidentes de junta de freguesia sentem-se discriminados e ofendidos com esta desconsideração legislativa que nos remete ao papel de figuras decorativas sem capacidade intelectual e política para eleger ou ser eleitos para associações cujo objectivo é – pame-se – assumir o desenvolvimento das povoações, por cujas populações foram eleitos.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vem manifestar ao Governo e à Assembleia da República a sua discordância com esta limitação da lei ao legítimo direito de eleger e ser eleito dos presidentes de junta de freguesia para as associações municipais, tanto mais, que a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, admite no n.º 2 do seu artigo 7º a possibilidade do conselho executivo da associação criar um órgão consultivo constituído por representantes escolhidos e não eleitos.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõe ainda que o n.º 3 do referido artigo 11.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, seja alterado de forma a permitir a participação dos presidentes de junta nos colégios eleitorais.”

A outra moção tem haver com a cobertura da rede de telemóvel e agora também com a rede de cobertura para os telemóveis de terceira geração – 3G.

Têm-me chegado várias queixas de moradores, sobre a impossibilidade de utilizarem equipamentos que adquiriram para seu uso pessoal ou para uso profissional, porque não há cobertura de rede. Não há cobertura de rede em Meruge, Lajeosa e noutras localidades do concelho.

Não fiz o levantamento da cobertura de rede no concelho, mas creio que será extensiva a outras localidades do concelho.

Então, eu iria ler a moção:

“As freguesias de Meruge, Lajeosa e outras no concelho de Oliveira do Hospital não dispõem de qualquer sinal de 3G – telemóveis de terceira geração.

Os utilizadores dos programas e-escola, e-professor e e-oportunidades que pretendem utilizar a rede móvel da banda larga ao abrigo desses programas deparam com uma velocidade de utilização do serviço que se revela praticamente inviável.

No site oficial do plano tecnológico é referida a existência de um protocolo entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a PT Comunicações que também pode ser assinado com outros operadores, prevendo financiamento público dos investimentos necessários para que os clientes de zonas com cobertura deficiente de redes móveis possam usufruir de banda larga móvel.

O que acontece, porém, é que os adquirentes de equipamentos informáticos ao abrigo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos referidos programas criados para os utilizadores da rede móvel não só não estão em condições de os utilizar, como não podem devolver os equipamentos que adquiriram sob pena de incorrerem em responsabilidade contratual. Pior: devido às cláusulas de fidelização exigidas, os adquirentes de equipamentos ao abrigo daqueles programas, estão sujeitos a pagar por muitos meses mensalidades relativas a um serviço que não conseguem utilizar.

Contactados os operadores de redes móveis, pelos utentes interessados, as respostas obtidas não são animadoras, na medida em que, não sendo as zonas interiores as zonas mais apetecíveis do ponto de vista contratual, nenhum operador se compromete a melhorar as condições da respectiva rede a curto ou a médio prazo.

O Governo, porém, que tanto afirma o seu empenhamento no plano tecnológico, na qualificação dos portugueses e no desenvolvimento equilibrado do país, não pode pactuar com uma situação destas.

Nestes termos, ao abrigo das disposições legais, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital pergunta ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que medidas tenciona tomar junto dos operadores de redes móveis para garantir o acesso ao sinal geral e ao sinal 3G por parte dos cidadãos residentes nas freguesias acima referidas e em geral aos cidadãos residentes nas freguesias do concelho que se encontrem em igual situação, de modo a permitir o seu acesso aos programas de natureza educativa ou formativa que pressupõem a utilização da banda larga móvel e a um acesso com sinal de qualidade da rede móvel geral.”

Seguidamente, interveio o Sr. Carlos Rocha para dizer o seguinte:

“Vamos começar pela moção acerca da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, que já esteve em debate na última assembleia municipal. Peço que quem tiver intervenções acerca desta lei, que o faça agora.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Carlos Maia, que depois de cumprimentar todos os presentes e desejar um Santo Natal e um Bom Ano 2009, fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta moção apresentada pelo Sr. João Abreu só quero, aqui, relembrar algumas coisas e por outro lado, estranhar um pouco esta moção neste período.

Relembro, que na altura – em 2003 – do Governo de coligação PSD/CDS, saiu uma lei em que foram criadas as CIP’s, cuja lei, posteriormente, já no Governo PS em 2006, foi alterada e deu origem ao aparecimento da AMPIN.

Mais recentemente, foi a lei que nós aprovámos na última assembleia. Isto foi fundido estas duas organizações e apareceu, então, a CINPIM.

Eu considero – amigo João Abreu – desde já, esta moção, de um oportunismo político, efectivamente muito baixo, porque todos nós sabemos que, anteriormente, esta assembleia municipal teve membros com assento nestas anteriores organizações e já essa lei anterior do PPD-PSD/CDS previa a não inclusão dos presidentes de junta.

Efectivamente, eu estranho como é que o PCP ou o João Abreu – que considero que não é uma pessoa muito distraída, que andarás com alguma atenção nestas coisas – tenha passado isto em falso.

Estranho, nomeadamente, que o Sr. João Abreu que venha, agora, apresentar uma moção porque é uma lei do Partido Socialista e de um Governo socialista que está na base desta lei, que não o tenha feito na altura do Governo PSD/CDS.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estranho, igualmente, que o senhor Presidente da Câmara, que na última assembleia mostrou o seu desagrado e a sua estranheza pelos senhores presidentes de junta não terem assento nesta organização, o não tenha feito também nessa altura, quando a primeira lei saiu. Nessa lei também não se previa que os presidentes de junta tivessem assento. Portanto, e é exactamente por isso que eu vou votar contra esta moção que, na minha opinião, é de um oportunismo político tremendo.

Não aceito coisas deste tipo! Honestidade e ligeireza... nestas coisas não. Tem que haver honestidade, ética e princípios. Oportunismo político não!

Depois, tomou a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero desejar que o espírito de Natal que atravessamos esteja presente, entre nós, durante todo o ano e não só nesta época.

Ao ler a acta da Assembleia Municipal extraordinária, onde não estive, trazia uma nota para me referir sobre este assunto.

Acho que os Senhores, de facto, vieram aqui forçados porque foi uma reunião extraordinária. Foram aqui desferidos alguns ataques que não tiveram a direcção certa e é preciso relembrar um pouco as coisas.

Como sabem, a direita, a partir do ano 2000, capitalizando o descontentamento com o Governo de António Guterres – e isto tem a ver com esta questão – forçou o País a fazer dois referendos. É preciso não esquecer a história das coisas, senão nós somos aqui apanhados sobre um assunto e não sabemos o que é que se passou.

Como se sabe, esses referendos, foram sobre a interrupção voluntária da gravidez e a regionalização.

A direita ganhou os referendos mas não fizeram a regionalização. Depois, chegaram ao Governo e deixaram o país como sabem, com o défice que deixaram e com o crescimento negativo. Teve que ser o PS e este Governo a avançar com a regionalização. Foi esta a razão porque os Senhores tiveram que vir aqui no dia vinte e quatro de Novembro.

É também verdade que a Lei n.º 45/2007 é uma lei da Assembleia da República, aprovada por larga maioria. Não me obriguem a dizer quem é que aprovou esta lei. Esta lei foi promulgada pelo Senhor Presidente da República.

Portanto, os senhores presidentes de junta votarem ou não votarem não é um problema menor, não é isso que está em causa. O que está em causa é fazer disto aqui o ponto de discórdia para responsabilizar o PS por tudo, quando foi este Governo que fez avançar a regionalização. Portanto sejamos sérios.

No mínimo, é uma profunda ingratidão por quem defende a regionalização e eu sei que o deputado João Abreu defende a regionalização.

Eu diria mesmo que são posições como estas a roçarem a indignidade que descredibilizam alguns partidos e os impedem de crescer acima de certo patamar.

Por fim, eu não tenho problema nenhum em votar esta moção, desde que se tire a referência ao Governo, porque ela não é do Governo. Está a ser dirigida a uma entidade que não tem nada a ver. Esta lei é da Assembleia da República.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Primeiro, isto não é a regionalização. Não adianta confundir a criação de uma associação que sempre foi possível criar com o que deveria ser a regionalização – aliás um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo previsto na Constituição da República. E, por outros motivos – não adianta estar a especular – de facto, infelizmente, ainda não se concretizou no nosso País. É ver a experiência de Espanha, por exemplo e ver o que é que eles lucram com a regionalização que têm e aquilo que nós perdemos na regionalização que não temos.

Depois, a questão do oportunismo político: é que se a gente jogar com palavras e com pretextos, aquilo que o Eng.º Carlos Maia disse do João Abreu assenta-lhe perfeitamente a ele, porque é oportunismo político servir-se do argumento para fazer a defesa do que é indefensável. Esta lei é indefensável!

Eu como Presidente de Junta e como cidadão pergunto a que propósito é que eu não posso votar e ser eleito para uma coisa destas, como fui eleito pelos meus conterrâneos.

Enfim, afinal isto é de facto um “entorse” à democracia e isto roça o totalitarismo. Isto sim são manifestações de totalitarismo. Depois, nós é que somos os totalitários! – estamos sempre a aprender!

Imaginem o que era se não fossemos nós os totalitários e fossem os outros tão democratas.

Esta lei é da Assembleia da República, mas a Assembleia da República tem um partido maioritário! O que é um problema! Portanto, a cada um, as suas responsabilidades e não adianta fugir a elas.

E já agora, quero dizer que, quando se compara Governo do PSD e Governo do PS, de facto cada governo e cada partido que tem estado de turno no poder tenta provar que consegue fazer pior do que fez o outro.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. João Abreu, para dizer o seguinte:

“Eu quero ver se fico calmo porque o Eng. Carlos Maia utilizou palavras muito duras e injustas.

Nunca me considere um oportunista político. Se o quisesse ter sido, concerteza hoje seria chefe político do Eng.º Carlos Maia. Nunca fui oportunista.

Sempre fui coerente com as minhas ideias, com a minha forma de pensar e de estar na sociedade e de estar na vida política.

Portanto, esses epítetos a mim não me servem. Também não posso invocar a meu favor uma memória prodigiosa, mas também não sou displicente do ponto de vista da memória.

Lembrava só ao Senhor Deputado Eng.º Carlos Maia que de facto, ele sim, é de fraca memória porque se se lembrasse de dois mil e três – e não vão lá assim tantos anos e creio que já fazia parte da Assembleia Municipal – lembrar-se-ia que esta Assembleia, com os votos favoráveis do Partido Socialista, aprovou uma moção contra a Lei n.º 10 e 11 de 2003 que tinham como objectivo a criação das Comunidades Intermunicipais e das Áreas Metropolitanas. Essa moção foi apresentada, aqui, por mim. Portanto, não encaixo esses epítetos.

Quem mudou de opinião não fui eu e, em termos nacionais também não foi o PCP nem a CDU pois sempre estiveram contra esta lei.

Essas leis foram votadas, implementadas, houve eleições para as comunidades intermunicipais e para as áreas metropolitanas e a CDU considerou que devia apresentar listas e teve eleitos que correspondem à força que tem num conjunto de regiões.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Creio que o que se pretende com esta moção é de facto restaurar a dignidade dos presidentes de junta que está posta em causa com esta situação.

Se houvesse na lei uma disposição que dissesse que, por impossibilidade técnica, os presidentes de junta não devem votar ou porque a sua presença é inconveniente nos órgãos de direcção das associações de municípios os presidentes de junta não devem estar. Mas não há um único argumento!

Há, de facto, uma ideia que continua das leis anteriores – que é discriminar os presidentes de junta.

A lei é da Assembleia da República mas foi proposta por um partido maioritário e emanou, como é óbvio, do Governo pelo que não é, de modo nenhum, incorrecto dirigi-la ao Governo.

E nem há uma crítica implícita, mas sim uma chamada de atenção à maioria que estava contra a lei anteriormente e que agora a implementou.”

Em seguida, o Sr. Carlos Rocha tomou a palavra para prestar o seguinte esclarecimento:

“O Senhor João Abreu, na última Assembleia Municipal, disse que ia apresentar essa mesma moção nesta Assembleia de hoje e nós não a fizemos porque já estávamos a pensar que o Senhor João Abreu ia fazê-la.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção acerca da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, proposta pelo Sr. João Abreu, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro votos contra e uma abstenção.

Depois, a Mesa colocou à votação a moção acerca da cobertura de rede de telemóvel 3G, proposta pelo Sr. João Abreu, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para fazer a seguinte intervenção:

“Ainda em jeito de declaração de voto quanto à primeira moção: como eu disse, votei contra, por ela não ser dirigida tão somente à Assembleia da República.

Não tenho nada contra a moção em si, mas dirigi-la a quem não tem competência para fazer seja o que for sobre esta matéria, não me parece o mais correcto.

O concelho vai tomando conhecimento – através dos órgãos de comunicação social – de algumas quezílias entre o Senhor Presidente da Câmara e alguns funcionários ou ex-funcionários.

Eu acho que esta é uma questão política que deve ser, aqui, denunciada e criticada porque não é admissível que uma gestão autárquica não seja um exemplo de pedagogia cívica, quer com os munícipes, quer com os senhores funcionários.

Acho que é uma obrigação de qualquer gestor ter atitudes de enquadramento, de motivação e compreensão daqueles que são mais difíceis de gerir.

O problema existe mas devia ser evitado. Mas não foi evitado e, politicamente, a meu ver, é um problema.

Digamos que, mesmo que se admita que há problemas, são esses problemas que devem ser atacados.

Devem ser atacados de uma forma compreensível, pedagógica e, se quiserem, psicológica mas sempre no sentido de não agudizar os conflitos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu lamento dizê-lo mas não tenho de o esconder e digo-o sem vaidade porque acho que é uma obrigação. Eu próprio fui Director das Inspeções dos Correios durante vários anos, fui Sub-Director Geral do Tesouro durante sete anos, chefei directa e indirectamente muita gente, dezenas de pessoas, alguns quadros superiores e posso dizer-vos que deixei em cada trabalhador um amigo que, inclusivé, me telefonam nesta altura do ano.

É verdade que encontrei e encontro pessoas difíceis de gerir, mas é exactamente com esses que nós pomos à prova a nossa capacidade de gestão, sem hostilizar e sem desconsiderar. Só que, numa autarquia, eu acho que se exige ainda mais.

O exemplo que nós vemos neste caso particular, não é um bom exemplo para os jovens porque é um conflito que assumiu natureza pública.

O Senhor Presidente da Câmara devia comportar-se, neste aspecto, como um exemplo a seguir porque há muitos olhos postos em si.

Deve mostrar que é capaz de gerir os trabalhadores sem o que terá que responder por isso e é isso que eu aqui estou a fazer.

Agora, não diga que é um problema dos jornais, porque assim regressamos à Idade Média em que quando não se gostava da notícia matava-se o mensageiro. Se o problema aparece nos jornais é porque ele existe.

Segunda questão, e esta tem a ver com o programa de apoio às PME's. Como sabem, houve recentemente o lançamento de dois grandes programas: um deles o Empreende 09 e o outro deles o Modcom que, como se vê teve aqui uma ampla divulgação.

Nós temos o gestor de centro urbano e eu não vi um envolvimento suficiente para ajudar as empresas a candidatarem-se ao Modcom.

O Modcom teve e tem dezenas de milhões de euros para apoiar o comércio com incentivos que chegam aos 30% e eu gostava que o senhor Presidente da Câmara me dissesse porque é que Oliveira do Hospital só apresentou dois projectos: a Ameal Óptica e a Farmácia Monteiro.

Perguntava se a Câmara Municipal fez tudo o que podia para sensibilizar os comerciantes para este apoio. Caso o tenha feito, o que é que fez em concreto?

Outro assunto: a autarquia despertou agora para a problemática das Aldeias de Xisto.

Esta questão, como sabem, estava integrada na medida II.6 do componente FEDER, na acção integrada da base territorial do Pinhal Interior e foi constituída numa designação que se chamou: "Rede das Aldeias de Xisto".

Já foram seleccionados vinte e quatro núcleos de elevado valor potencial e social, os quais foram apoiados e têm vindo a sofrer intervenções profundas no sentido da sua revitalização.

Estas vinte e quatro aldeias pertencem a catorze concelhos desde Arganil a Vila Velha do Ródão, onde não consta – e eventualmente passará a constar – o concelho de Oliveira do Hospital.

Pergunto: o que é que a autarquia de Oliveira do Hospital andou a fazer estes anos todos – como aliás o meu camarada José Francisco Rolo já perguntou na Comunicação Social – para só agora ter despertado para a problemática das Aldeias do Xisto, quando já estão vinte e quatro aldeias a beneficiar, cuja listagem também tenho aí.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Das duas uma: ou o concelho de Oliveira do Hospital se podia integrar – e eu tenho dúvidas que o possa, mas enfim – no conceito das Aldeias do Xisto e alguma coisa devia ter sido feita, ou não se podia integrar e então não se devia ter feito nada.

Agora, a questão que se põe é saber porque é que tão tarde aparece a defender o interesse do concelho nesta questão.

Outro assunto – como sabem, o Senhor Professor Doutor José Vitorino de Pina Martins, nascido em Penalva de Alva, foi distinguido com o prémio Pedro Hispano/Flumen Aquae Vivae por se tratar de um dos maiores investigadores e conhecedores portugueses do Humanismo Renascentista tanto na expressão latina como vernácula, italiana, portuguesa, francesa, etc.

É uma questão de conhecimento nacional que tem inúmeros sites na net, dado o valor da pessoa e dada a dignidade do prémio, tanto assim que o próprio escritor Lobo Antunes afirma que muito daquilo que ele escreve utiliza os conhecimentos que o Senhor Professor Doutor José Vitorino Pina Martins foi passando para o papel e tem servido para muitos escritores fazerem as suas obras.

O que eu pergunto é se o Município se fez representar condignamente na entrega do prémio.

Agora não sei se é da competência da Assembleia Municipal mas talvez do executivo, contudo quero deixar uma “proposta”: que no próximo dia sete de Outubro lhe seja atribuída a medalha de Ouro do concelho.

Entretanto, proponho que seja, aqui, aprovado um voto de congratulação pelo recebimento do tal prémio e que lhe seja comunicada esta deliberação da Assembleia Municipal.

Por fim, também de relevar o décimo aniversário da OH's XXI. Como sabem é uma associação cultural e de multimédia de Oliveira do Hospital. Uma associação de cultura como muitas outras com actividades recreativas no concelho mas que, infelizmente, poucas com uma vertente marcadamente cultural.”

Posta à votação a proposta apresentada pelo Sr. Dr. António Rodrigues Gonçalves, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Depois, tomou a palavra o Sr. Dr. António Simões Saraiva para dizer o seguinte:

“Eu queria só acrescentar a nossa grande dívida de gratidão no plano cultural relativamente ao Sr. Professor Doutor Pina Martins porque sempre foi ele e unicamente ele, através da Academia das Ciências, que nos conseguiu oferecer uma reedição do Viriato Trágico que se não fosse a sua verdadeira e intrépida acção, penso que teria passado a altura e hoje nós não tínhamos em nosso poder este documento precioso. Foi ele que fez este documento precioso e foi ele que conseguiu desbloquear todos os entraves.

A atitude do Sr. Dr. António Rodrigues Gonçalves é em tudo meritória e penso que deve ser dada grande ênfase na medida em que, efectivamente, mostramos o nosso orgulho para com a condecoração.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Engº Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero propor a esta Assembleia Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do nosso amigo, conhecido e ex-presidente da Junta de Freguesia de Lagos da Beira, o Sr. Virgílio dos Santos Cunha.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proponho que o voto de pesar seja dado a conhecer à respectiva Família.

Foi um autarca que sempre lutou com todas as suas forças pela defesa dos interesses de Lagos da Beira e, – no meu entender – nem sempre foi bem entendido, mas, foi um homem que nunca baixou os braços e que sempre lutou por Lagos da Beira.”

Seguidamente, a Mesa pôs à votação a proposta de voto de pesar, tendo sido aprovada por unanimidade.

Retomando a palavra, o Sr. Engº Carlos Maia fez a seguinte intervenção:

“Outra questão que trago aqui é que, muito sinceramente, estão-me a fazer muita confusão as obras de requalificação da Estrada Oliveira/Felgueira.

Devo dizer-vos que não sou especialista nisso nem pretendo sê-lo. No entanto, faz-me muita confusão. Aquilo faz-me lembrar alguém que começa a construir uma casa pelo telhado. Mas porquê? Eu não entendo.

Já se está a colocar uma segunda aplicação de tapete no piso da estrada e já vemos deficiências na obra. Só quem ali não passa é que não se apercebe disto. Aquela obra é uma manta de retalhos e, efectivamente, foi começada pelo telhado.

Senhor Presidente da Câmara, porque é que as rotundas não estão feitas? Parece-me que estão, agora, a começar de as fazer. Mas no meu entender vamos ficar com uma estrada com remendos, pois a segunda aplicação de tapete – no meu entender – deveria ser a última coisa a fazer em toda a extensão da estrada.

Queria que me confirmasse mais uma situação: parece-me que houve muito pouco cuidado em expropriar o terreno para fazer as rotundas.

O Senhor nem se lembrou de fazer rotundas, nem de expropriar terrenos? E, só agora é que se lembrou, quando as pessoas vieram reclamar que era preciso terrenos para fazer as rotundas? Era isso que eu gostava de ver esclarecido.

Não entendo esta obra, nem entendo a maneira como está a ser executada.

Outra questão que trago aqui porque não houve oportunidade de falar sobre este assunto e que sinceramente a mim me desagrada.

Se calhar desagrada a muita boa gente as coisas que eu digo, mas obviamente que eu também tenho todo o direito à indignação sobre as afirmações que são feitas, nomeadamente nos jornais e o estilo em que são feitas, nomeadamente, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O dito jornalista estimou quanto a uma referência e o termo – no meu entender – é forte que é a desonestidade que o Senhor proferiu acerca de membros desta Assembleia Municipal.

Acho que era bom que esclarecesse nesta Assembleia quem é que é desonesto ou desonesto politicamente nesta assembleia. Quem são as pessoas que actuam de uma forma orquestrada e deselegante. O Senhor esquece-se que eu estou na oposição e julga que eu me vou abstrair de fazer referência a uma situação destas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, olhos nos olhos, vem a esta Assembleia, na grande parte das vezes, com punhos de renda para todos nós e vai para os jornais utilizando coisas deste tipo.

Isto é que eu quero que me explique, Senhor Presidente. Não ponho em causa a questão da honestidade, mas se é ou não é referente aos membros desta Assembleia Municipal.”

Depois de terminada a presente intervenção, o Sr. Dr. Simões Saraiva tomou a palavra:

“Devo responder àquilo que me foi posto e quero dizer que todos nós temos o direito de manifestar o nosso livre pensamento sem ofender ninguém.

Neste momento, devo dizer que aquilo que disse era aquilo que sentia no momento, é aquilo que eu sinto hoje e que não retiro uma única palavra e que cada um “meta” a carapuça se ela lhe servir. Para a grande maioria a carapuça não serve, mas para alguns serve.

Neste momento penso que, nessa minha entrevista, há apenas um erro: é que quando foi tomada a minha entrevista, eu cito um provérbio popular e há uma palavra que vem trocada. Quanto ao resto reafirmo e digo que o 25 de Abril trouxe-nos os direitos imensos e fabulosos, entre eles, o de manifestarmos o nosso parecer e aquilo que efectivamente sentimos.

Mas, como eu me esqueci do interrogatório miserável que me fizeram na PIDE e das coisas absurdas que me perguntaram eu neste momento penso que há nesta intenção de me fazerem um interrogatório e eu neste momento respondo a tudo acerca disto, porque vem bulir com os meus direitos individuais. Todos os que aqui estão ou muitos deles têm escrito textos nos jornais. Podemos concordar ou não concordar mas todos temos o direito de emitir a nossa opinião, desde que não ofendamos ninguém. Eu não ofendi ninguém e por isso não retiro uma palavra.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Luís Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, quero falar de um assunto que já esteve na ordem do dia e que, segundo me parece, vai voltar à carga no próximo ano, segundo as palavras da Senhora Ministra da Saúde: por outras palavras o fecho dos SAP’s e as urgências são para continuar.

Em relação a este assunto trago um texto escrito que diz o seguinte:

“O direito à saúde foi uma das maiores conquistas do povo português no 25 de Abril do ano de mil novecentos e setenta e quatro e levou à criação do Serviço Nacional de Saúde que permitiu o acesso a uma saúde digna para milhões de portugueses. Contudo, a política neo-liberal dos sucessivos governos atacou estes direitos – que deveriam ser inalienáveis –, entraram nos serviços públicos e, concentrando-os, abriram caminho à sua privatização para que, por sua vez, este sector estivesse sujeito à regra do capitalismo, como qualquer empresa ou indústria.

O Governo tem estado a fazer um ataque aos serviços públicos sem precedentes, encerraram-se SAP’s, maternidades e urgências sempre em prejuízo das populações e em benefícios de alguns que depois incluem investimentos privados onde antes se encontravam serviços públicos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também em Oliveira do Hospital temos previsto o encerramento do SAP. Mas, a luta das populações tanto daqui como de todo o país impediram que isso acontecesse.

Os órgãos autárquicos não se podem demitir das suas competências e devem servir aqueles que os elegeram não sendo subservientes que partilham desta lógica que prejudica de forma grosseira as populações.

A CDU e os seus eleitos rejeitam esta lógica de ataque aos serviços públicos e afirmam que a partir desta Assembleia Municipal tudo farão para combater qualquer ofensa que o Governo decida fazer a este povo obrigando-o a deslocar-se para poder aceder a um serviço público.

A CDU apela a todos os que verdadeiramente se preocupam com este concelho e com a sua gente para unir esforços e continuar a luta por um direito elementar e fundamental do ser humano.

Outro assunto que aqui trago tem a ver com as homenagens às pessoas que se destacam, nomeadamente na cultura, que não ocorreu há cerca de dois anos.

Há já algum tempo, nesta Assembleia Municipal foi aprovada uma homenagem a um homem da cultura que se chamava Fernando Lopes Graça e até agora não sabemos quais os passos que estão a ser dados para esta iniciativa. Por isso queria perguntar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se já está alguma coisa a ser feita ou para quando é que se irá apresentar.

Depois, outro assunto: a questão das rotundas é pertinente mas há umas placas que apelam à prudência rodoviária. Uma delas, há três semanas, não provocou um grande acidente por muita sorte, pois parte dessa placa encontra-se na faixa de rodagem.

Não sei de quem é a responsabilidade pelo licenciamento dessas placas. Não sei se é da Câmara Municipal ou não, mas gostava que alguma coisa fosse feita nesse sentido porque aquilo é um perigo e porque devemos evitar que primeiro aconteça algum acidente para depois se fazer alguma coisa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Na sessão da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2007, em que o Sr. António Lopes apresentou o seu pedido de suspensão de mandato, a CDU fez uma “declaração” que agora aqui se actualiza, hoje, dia 20 de Dezembro de 2008:

O camarada António dos Santos Lopes deu um bom contributo durante os dois anos em que foi eleito directo da CDU nesta Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

Se outras bancadas político-partidárias tivessem a genica, a firmeza e a capacidade de intervenção dos eleitos CDU e de António Lopes em particular;

Se outros eleitos, incluindo eleitos no Executivo Municipal, tivessem a visão e a firmeza necessárias; outra e melhor situação teríamos no Concelho.

Nós, CDU, assumimos as nossas responsabilidades. Por isso, cá vamos continuar, com propostas, com causas e convicções. O nosso Concelho precisa dos eleitos CDU.

Um grande e fraterno abraço para António Lopes.

Podíamos levantar, aqui, uma questão já que estamos na época do Natal e que se fala



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em carenciados: os cidadãos com direito ao Rendimento Social de Inserção na minha Freguesia, bem como os idosos potencialmente candidatos ao Complemento Solidário do Idoso não estão a ser acompanhados devidamente pelas entidades que têm essa responsabilidade e que para isso auferem dinheiro público através da Segurança Social.

Há anos uma entidade que dista vinte quilómetros da minha Freguesia estava a receber quatro mil euros por mês para fazer o acompanhamento de sessenta casos de cidadãos com Rendimento Social de Inserção.

Esta Junta de Freguesia e eu, como Presidente, temo-nos dirigido, ultimamente, a essa entidade e à Câmara Municipal apelando para que prestem o acompanhamento aqui.

Os cidadãos com o Rendimento Social de Inserção e com Complemento Solidário do Idoso têm direitos para satisfação dos quais as entidades estão a receber dinheiro público através da Segurança Social. Aqui, é logo um problema: a que propósito é que uma entidade que dista vinte quilómetros desta Freguesia tem esse protocolo com a Segurança Social? Ora isto levanta outras questões. Mas porque é que isto é assim quando temos, lá, instituições no terreno constituídas há anos e que já fizeram esse acompanhamento até gratuitamente?

Depois, porque é que então não se presta esse apoio aos carenciados? Estamos a fazer com a pobreza um grande negócio! Há quem esteja a fazer com a pobreza um grande negócio e portanto, nem é nem tão santo nem tão misericordioso quanto apregoa ser...

Já chamei à atenção ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua qualidade de presidente do CLAS – Conselho Local de Acção Social – que é necessário intervir porque isto não pode continuar assim. Isto é um escândalo, é uma vergonha e é inadmissível!

Porque de facto são as pessoas mais carenciadas que estão a ser vítimas desta situação e – repito – com entidades a receberem muito dinheiro público para fazerem este serviço que não estão a fazer. A confirmar-se, há negligência. Repito e ressalvo: neste momento não me respondem nem a Câmara Municipal nem as entidades responderam aos ofícios que a Junta de Freguesia lhes tem dirigido.

Portanto, como não respondem aos ofícios, pode, nos últimos meses ter-se alterado a situação. Mas há sempre uma desresponsabilização do Estado e em particular da Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para com os cidadãos com Rendimento Social de Inserção e com direito a acompanhamento tendo em vista o Complemento Solidário do Idoso. As informações que tenho são que esse serviço foi protocolado pela Segurança Social com a mesma entidade. Sei-o particularmente porque oficialmente ninguém responde. Por isso, há alguém que está a fugir às suas responsabilidades e não podemos assobiar para o lado.

A seguir quero congratular-me pela obra de recuperação da estrada entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha e, em especial, dentro da Freguesia de Vila Franca da Beira.

Quero exprimir a minha congratulação perante a obra em curso da recuperação da Estrada entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha.

Em 1995 já a CDU tomava posição em Vila Franca da Beira apelando para uma intervenção correctora do perigo que espreitava nesta estrada e dentro de Vila Franca da Beira, em especial.

A População de Vila Franca da Beira também tomou posição reclamando providências a quem de direito, em abaixo-assinados e, inclusivamente, chegou a vir com delegações a sessões públicas do Executivo Municipal.

Esta Assembleia Municipal é testemunha das vezes em que a CDU e eu próprio aqui



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trouxemos o assunto, e até é testemunha de algumas reacções muito criticáveis aqui protagonizadas por outros nesta Assembleia Municipal.

Dir-se-á que as coisas têm o seu tempo e que tudo tem o seu tempo. Até a vida é muito temporal.

Mas que o tempo que passa e volta a passar sem que as coisas urgentes aconteçam, que esse tempo não seja demasiado longo. Senão, poder-se-á dizer, e inspirando-nos nós num poeta maior:

“ Nós também seremos aqueles que já circularam por esta estrada”

Voltarei ao assunto desta estrada em próxima oportunidade que não é uma obra “santa” digamos assim, mas, hoje, o sentimento que aqui quero expressar e partilhar é, de facto, o da congratulação pela obra em curso, particularmente dentro da freguesia de Vila Franca da Beira.

Depois, sobre esta questão das críticas públicas do senhor Presidente da Assembleia Municipal a determinadas intervenções e intervenientes nesta Assembleia, e dizendo à partida que não me serviu a carapuça, mas de facto, é a segunda vez que Senhor Presidente desta Assembleia Municipal se refere publicamente dessa forma sobre o eventual comportamento de alguns membros desta Assembleia Municipal.

Eu acho, que na terceira vez que o Senhor o entender fazer, deve pôr os nomes nas pessoas e dizer quem é que faz o quê.

Porque se o Senhor diz que se ofende, aqui, a integridade ou a ética, etc, etc. Assim, a Assembleia Municipal também se pode considerar ofendida sistematicamente por Vossa Excelência.

Portanto, Senhor Presidente, obviamente que tem todo o direito de criticar, e deve fazê-lo aqui também, mas, esclareça-nos melhor e diga quem é que faz o quê, até para nós podermos, eventualmente, emendar eventuais erros que estejamos a cometer.

A seguir quero apresentar uma moção para ser votada sobre o “chumbo de várias propostas de dotação de verbas em PIDDAC, 2009, concelho de Oliveira do Hospital, que passo a ler:

“Como é sabido, o Governo apenas dotou o concelho de Oliveira do Hospital com 145 mil Euros no PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, do Orçamento de Estado para o próximo ano de 2009, o que voltou a ser uma dotação de “miséria”.

Entretanto, houve a discussão, “na especialidade”, do Orçamento de Estado na Assembleia da República. Aí, e tal como se comprometera, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou várias propostas de mais dotações de verbas para obras a realizar no Distrito de Coimbra e também no município de Oliveira do Hospital.

Para todo o Distrito, a verba proposta pelo PCP foi cerca de mais 21 milhões de Euros sendo que para o nosso Concelho foi de 900 mil Euros mais assim repartidos:

- Escola Superior de Tecnologia e Gestão, ESTGOH: 500 mil Euros*
- Projecto para Piscinas na Cordinha (anexas à Escola EBI): 50 mil Euros*
- Equipamentos para Lares de Idosos da Cordinha e de Avô: 250 mil Euros*
- Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital: 100 mil Euros*

É certo que estas dotações não seriam suficientes para pagar o valor total das obras em causa mas a sua inclusão em PIDDAC, ano 2009, dava a garantia de que estavam



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

finalmente a ser consideradas a nível do poder central, condição indispensável à sua execução.

Não, não é a mesma coisa uma obra estar ou não estar em PIDDAC.

Acréscce que uma outra proposta geral para o Distrito propunha uma dotação global de dois milhões de Euros para o combate ao Nemátodo, doença que, como se sabe, está a afectar o Pinhal da Região e do Concelho e a causar prejuízos e preocupações.

Mas PS, PSD e CDS/PP votaram todos contra e “chumbaram” as propostas do PCP, aliás tal como têm feito ao longo de vários anos. Desta vez, para 2009, assim “chumbaram” a possibilidade do nosso Município de ter mais 900 mil Euros em dotação do PIDDAC do Orçamento de Estado!

Por isso, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital não pode deixar de lamentar e de protestar perante as votações na Assembleia da República que impediram o reforço da dotação em PIDDAC para o nosso Município, ano de 2009.

Nota: se aprovada, esta “moção” deve ser enviada para todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e para a Comunicação Social.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção proposta pelo Sr. Prof. João Dinis, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, cinco votos contra e vinte e quinze abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Mesa, membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados e Comunicação Social muito bom dia.

Em primeiro lugar quero saudar a OH’s XXI pelos seus dez anos de trabalho e promoção da cultura, sozinha ou em parceria com as mais diversas entidades.

É uma associação do nosso concelho, fundada por jovens do nosso concelho, e que tem levado o nome de Oliveira do Hospital a todo o país e tem-nos trazido, aos oliveirenses, o melhor que se faz na produção nacional e não só. Por tudo isto, acho, que esta Assembleia Municipal devia aprovar um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido por esta associação durante estes dez anos de existência.”

Colocada à votação a proposta de aprovação de um voto de louvor à OH’s XXI, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Dr. Francisco Garcia continuou a sua intervenção:

“Mais uma vez, a obra Oliveira do Hospital/Felgueira Velha: eu faço regularmente o troço Lagares/Oliveira do Hospital e, de vez em quando, o troço Nelas/Lagares da Beira. Fi-lo ontem à noite e apercebi-me da dificuldade que é, perante algumas condições climatéricas adversas e na ausência de sinalética, mantermo-nos dentro da estrada.

Há coisas simples de fazer: obrigar a empresa a pintar uma linha central para os condutores se manterem mais facilmente na via, dado que retiraram os rails laterais. Basta olhar para o troço de acesso à IP3 e ao IC, em que a obra, desde o seu início que está bem sinalizada, tanto no pavimento como na sinalização vertical. Estas coisas são de baixo custo e podem salvar muitas vidas.

Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde: ó colega da CDU, tem que ler outras coisas para além dos livros do Comité Central.

Se ler melhor a Comunicação Social, vê entidades independentes que dizem que o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Serviço Nacional de Saúde Português está nos doze melhores do mundo e foi o PS que o tirou, não foi mais ninguém.

Relativamente à postura do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente está nesta Assembleia e tem de ser o exemplo.

Tem de ser uma entidade superior a todos nós e tem de dar um exemplo de reflexão e de tolerância. E, quando tiver que criticar, deve fazê-lo aqui e não lá fora.

Mas, eu recomendo e aconselho que antes de nos criticar a nós ou a quem quer seja, deve criticar o seu próprio partido. O seu partido tem dado um péssimo exemplo para a democracia e para a vida política do concelho.

Eles são “escarretas”, eles são ameaças da integridade física, são levantamento de suspeitas de crimes de tudo e mais alguma coisa que acabam num tribunal. E, vêm estes senhores acusar deputados desta Assembleia Municipal de falta de democracia e do quer que seja.”

Depois de terminada a presente intervenção, o Sr. Dr. Simões Saraiva tomou a palavra: “Eu permito-me apenas dizer que, como tenho dito muitas vezes, quer seja eu ou qualquer um dos senhores deputados desta Assembleia Municipal, as nossas declarações, quando têm um carácter localizado – e é aquele a que se está a referir –, têm a ver com a política dentro do concelho e não com a política nacional, pois não temos nada a ver com isso nem com qualquer nenhum dos partidos.

Eu, tenho sido um acérrimo defensor em não permitir que ninguém aqui ataque nem deite flores para cima dos partidos que lhe dá mais jeito.

Portanto, quando são assuntos para se tratar aqui tratam-se aqui. Os assuntos que são para tratar, apoiar ou condenar outros partidos, nós não temos nada a ver com isso.”

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Sobre a pergunta formulada porque é que a Câmara Municipal apoia alguns autores na totalidade e a outros adquire apenas alguns exemplares eu responderia de uma forma muito simples: há livros que são editados que têm a ver com o concelho e que, em termos de valor comercial, equivale a muito pouco e há outros livros que são editados que são livros que devem ser, pura e simplesmente, comercializados.

Todos os livros que têm sido apoiados pela autarquia tem tido por base este critério e esta perspectiva entre o que é que é comercializável e que pode gerar receita e aquilo que não é comercializável e que em termos de receita poderia gerar muito pouco.

Sobre a questão levantada ao nível das estradas nomeadamente a Estrada Lagares da Beira/Meruge.

Sobre a estrada Lagares da Beira/Meruge quero dizer que existiu um problema em termos de aplicação de bunder e depois a respectiva camada de desgaste naquele primeiro troço entre o limite do concelho – campo de futebol de Lagares da Beira. A Câmara Municipal resolveu fazer uma pesquisa e mandar fazer ensaios sobre a qualidade e a maneira como o betuminoso estava a ser aplicado.

Em função dos resultados desse ensaio foi feita uma comunicação à empresa da não aceitação daquele pavimento e das correcções que teriam de ser feitas e que estavam formuladas ao nível do respectivo resultado do ensaio.

Entretanto, pelo que soube ontem a título particular e no decurso de uma conversa com



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a pessoa que estará a coordenar a realização da obra foi-me dito que quem está a fazer a aplicação do bunder irá fazer também a aplicação da camada de desgaste na outra parte da estrada. Depois, na parte que já referi é uma outra empresa e foi-me dito que estão a tentar resolver o problema com a primeira empresa que fez a colocação do pavimento. Espero que essa resolução seja breve porque, se estivermos à espera, vamos ter uma parte da estrada feita e outra por concluir.

Sobre a questão da Estrada Oliveira/Felgueira, o Senhor Eng.º Maia não é efectivamente técnico, mas sabe – porque esteve na Câmara Municipal – que quando nós fazemos um concurso existe um caderno de encargos. As empresas respondem a esse caderno de encargos com um mapa de planeamento de execução dos trabalhos e com o cronograma financeiro da facturação que vão apresentando.

Portanto, o empreiteiro está a respeitar aquilo que apresentou em termos de mapa de planeamento e cronograma financeiro.

Para além disso, quero dizer que, efectivamente, emendas existem sempre. De um dia para o outro existem emendas no tapete. Portanto essa preocupação que o Senhor Eng.º Maia apresentou não tem razão de ser porque existe, aqui, nesta via, nas auto-estradas e em todas as vias onde se aplique tapete.

É evidente que a empresa já foi alertada mais do que uma vez para a questão da sinalização, ou seja, da necessidade de existir no início da obra sinalização adequada a chamar à atenção das pessoas que circulam na via para o cuidado que devem ter nessa circulação em virtude de ser uma via que se encontra em obras.

No caderno de encargos que foi feito não estava nada a dizer pré-sinalização, ou seja, nas auto-estradas quando fazem uma via dessa natureza existe uma rubrica específica para sinalização prévia. Isto é, enquanto está a decorrer a obra e quando se está a pôr uma camada eles colocam aquela pintura amarela para alertar quem circula.

Nestas nossas obras e nos cadernos de encargos não é muito habito os técnicos inscreverem esse elemento.

Numa obra desta natureza essa rubrica deveria constar para evitar este tipo de situações que hoje estamos aqui a discutir.

Mas existe, e estar a solicitar um trabalho desses ao empreiteiro tem encargos bastante alargados e, como nós sabemos, a obra que ali estamos a fazer é uma obra sem qualquer tipo de financiamento.

É uma obra única e exclusivamente da Câmara Municipal porque no passado foi feito um mau acordo para o Município e isto também é preciso dizer. Quem o fez, fê-lo com as melhores das intenções, mas foi um mau acordo para o Município de Oliveira do Hospital porque hoje estamos a pagar a factura. Outros também tiveram as obras, não fizeram esses acordos e está a assumir a despesa da conservação das vias quem deve estar, que é o Governo, neste caso agora através das Estradas de Portugal.

Com isto, gostaria de responder, também à questão das rotundas, o porquê de estarem a serem feitas agora e não terem sido feitas primeiro. Foram feitas agora porque tem haver com a planificação apresentada pelo empreiteiro relativamente à obra.

Depois, sobre a questão da cobertura da rede telemóvel deficitária, nós reconhecemos isso. Este é um problema que não é só da Lajeosa nem de Meruge, é em toda a zona sul do concelho. Já se fez o que nos era possível fazer no sentido de sensibilizar para este problema.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na zona de Avô há uma empresa que lá vai montar uma antena, portanto, irá resolver a quem utilizar aquele sinal. Em termos de outras empresas o problema vai continuar a subsistir.

Depois, dizer ao Senhor Dr. Rodrigues Gonçalves que talvez seja por causa de todas aquelas coisas que ele referiu que alguns serviços no País estão como estão, é porque nunca houve coragem para tomar decisões com o receio daquilo que pudesse vir a público e essa é que a grande questão.

Nós, ainda hoje, vemos: o problema da TAP. Havia uma greve e já não há. Alguma coisa se passou – cedência.

Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves a diferença está em ter coragem para tomar decisões e a coragem que não existe para as tomar

Quem está nestes lugares tem que ter coragem para decidir. Eu já estou a ver como iria ser o funcionamento aqui nesta casa se o Senhor Dr. Rodrigues Gonçalves cá estivesse.

Ainda bem, que em mil novecentos e noventa e três, o povo de Oliveira do Hospital não acreditou no seu projecto, porque se tivesse acreditado, provavelmente, nós hoje estaríamos numa situação bem diferente, à boa maneira que nós sabemos que existem de alguns grupos.

Depois, escusava de ter falado no seu currículo pois eu já o conheço. Eu, podia estar também falar no meu currículo mas não vale a pena porque toda a gente o conhece.

Sobre o programa de apoio às pequenas e médias empresas, houve candidaturas em onze concelhos no distrito.

Mas, o impressionante é que das três candidaturas que foram feitas no concelho de Oliveira do Hospital até hoje foram recebidos zero euros. Os promotores ainda não receberam um cêntimo e isto é que é grave.

Grave é anunciar os programas e criar expectativas para depois não se pagar às pessoas atempadamente. Senhor Dr. Rodrigues Gonçalves sabe o que é que isto gera? Gera precisamente aquilo que está a acontecer ao País – desconfiança, as pessoas não acreditam e depois quando aparecem projectos não vão lá.

Dos três projectos, daqui de Oliveira do Hospital, e já foi emanada a documentação há bastante tempo, já foi questionado o IAPMEI com a ajuda por parte da Câmara Municipal. A ACIC também já solicitou informação acerca do ponto de situação do financiamento e até hoje ainda não receberam nada das suas candidaturas.

Já agora, falo na questão da ADXTUR e das Aldeias de Xisto, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves esqueceu-se e o seu colega de partido que também aqui está de que este projecto das Aldeias do Xisto apareceu através da AIBT Pinhal Interior Norte. Foi dentro desta lógica que aparece o projecto e o programa das Aldeias do Xisto.

Portanto, Oliveira do Hospital pertencia a outra AIBT para o qual foi empurrada – AIBT da Serra da Estrela.

Uma vez que agora neste novo modelo de financiamento do QREN não temos esta modalidade das AIBT's pois elas acabaram, foram criados novos projectos e entre eles estão o PROVERE ao qual a ADXTUR se pode candidatar.

Nesta perspectiva, a Câmara de Oliveira do Hospital viu uma oportunidade de puder ir buscar mais alguns financiamentos para a realização de obras nalgumas freguesias do concelho, que tivessem a ver com a requalificação de espaço público e que tivessem a ver com outros aspectos, nomeadamente com investimento privado na área do turismo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aquilo que nós fizemos, contrariamente ao que vocês muitas vezes dizem, foi aproveitar a oportunidade que tínhamos neste momento e que anteriormente não tínhamos tido, de aderir a este projecto das Aldeias do Xisto para podermos encaixar algumas das nossas freguesias e tirar daí dividendos em termos daquilo que pode ser importante para a requalificação de espaços públicos e que podem ter a ver com arruamentos ou com fachadas de edifícios em zonas consideradas históricas.

Um dos projectos que nós apresentámos é na Bobadela que, para além da requalificação de espaços públicos, inclui a requalificação de sessenta e cinco fachadas de edifícios existentes na zona do Fórum e do Anfiteatro. Fizemos o mesmo relativamente a Avô. Apresentámos também um projecto para tentar tirar daí vantagens para a requalificação de espaços públicos em Lourosa e também em Aldeia das Dez.

Avô, Aldeia das Dez, Bobadela e Lourosa são as quatro aldeias que em principio irão encaixar no projecto, embora só uma delas vai integrar o projecto das Aldeias do Xisto.

Estas nossas aldeias não estão a ser escolhidas pelo xisto. O xisto deu nome ao projecto e hoje o que se pretende no âmbito deste projecto é alargá-lo e ter oferta turística de qualidade.

Esta associação das Aldeias do Xisto não tem um Fórum Romano, nem um Anfiteatro Romano, nem tem uma Igreja Moçárabe. Portanto, o que se pretende é aproveitar o que existe e potencializar isto em termos turísticos.

Quanto à questão do Professor Doutor José Vitorino Pina Martins quero dizer que estivemos representados – eu não pude ir – pela Senhora Vereadora da Educação e Cultura.

A Senhora Vereadora chegou lá e detectou que o Senhor Professor Doutor José Vitorino Pina Martins pertencia ao concelho de Arganil, era natural de Arganil.

Se lerem o Diário de Coimbra na notícia referente ao prémio atribuído ao Dr. José Pina Martins vêm lá escrito que ele é natural de Arganil, apesar da correcção feita imediatamente pela Senhora Vereadora.

Mas, já agora, deixe-me dizer-lhe que o Senhor Professor Doutor Pina Martins teve uma homenagem em Oliveira do Hospital no dia vinte e cinco de Maio do ano de mil novecentos e noventa e um, com a presença do Professor Doutor Veríssimo Serrão – Presidente da Academia Portuguesa da História, o representante da Academia de Ciências de Lisboa, o Professor Doutor César de Oliveira que condecorou o Prof. Dr. Pina Martins com a medalha de prata do Município de Oliveira do Hospital.

Mas, também em mil novecentos e noventa e cinco, teve mais uma homenagem pública quando foi inaugurado o busto que existe na freguesia de Penalva de Alva ao Dr. José Vitorino de Pina Martins.

Realmente, é um homem de grande valor, que dignifica o concelho, mas tenham paciência pois acho que de homenagens também já chega.

Posso ainda dizer que tem uma Rua com o seu nome aqui em Oliveira do Hospital e tem uma Avenida, duas Ruas e um Largo em Penalva de Alva; por tudo isto, julgo que o Professor Doutor António José de Pina Martins tem aquilo que merece já em Oliveira do Hospital.

Sobre a questão da homenagem a Lopes Graça não é verdade que não se tenha feito nada, foram feitas algumas coisas nesta matéria. Agora, aquilo que eu sugiro à Senhora Vereadora é que se faça um encontro de coros em que esteja presente só a imagem e a pessoa



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Lopes Graça.

Em relação à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca acerca do Complemento Solidário a Idosos e sobre o acompanhamento gostaria de dizer ao Senhor Presidente que a CLAS não foi ouvida nem achada no processo de entrega de fiscalização de todo este processo do RSI e que tem a ver com essa valência.

Foi uma decisão do centro Distrital da Segurança Social de Coimbra, pelo que esta entidade é que deve resolver esta questão. O CLAS não teve nada haver com este problema.

Sobre a questão do PIDDAC, quero dizer que o PIDDAC vale o que vale. O PIDDAC hoje não vale nada. Provavelmente daqui a pouco alguns dos presentes ir-me-ão acusar de que determinadas obras estão no Plano há meia dúzia de anos.

O PIDDAC era um pouco o rol dessa história de manter as coisas por tempo indeterminado.

Isto era muito fácil: era pegar nos PIDDAC's de há meia dúzia de anos e procurar o famigerado IC6 e por aí podemos ter uma ideia do que é o PIDDAC.

Portanto o PIDDAC não acrescenta nada e por isso eu não estou preocupado. Estou preocupado é que haja discriminação eventualmente por parte daqueles que não devem discriminar ao nível de estabelecimento de contratos-programa com os Municípios para a execução de obras.

Relativamente à questão da saúde é um problema de funcionalidade e de organização que temos no nosso País e que de vez em quando alguns se lembram de alterar os nomes e criar umas nomenclaturas um pouco esquisitas que as pessoas nem percebem.

Ainda nesta questão da saúde, disseram que seria para fazer uma economia e uma melhor distribuição de recursos quer humanos quer financeiros – eu pessoalmente não acredito nisso – mas quem os fez disse que o objectivo era esse. Nós esperamos que o objectivo seja mesmo esse com um aspecto, que me parece essencial que é de que todos nós nunca abdicaremos de ter aqui um serviço para atendimento permanente vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas nomeadamente para os casos agudos.”

Depois de terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Carlos Maia que fez a seguinte intervenção:

“Bom, o que eu tenho para fazer, Sr. Presidente da Câmara Municipal, é uma observação acerca daquilo que disse sobre a Estrada Oliveira/Nelas. Se aquilo que o Senhor diz é assim efectivamente o que se passa é ainda mais grave.

O empreiteiro apresenta um caderno de encargos e um planeamento da obra à Câmara Municipal daquilo que pretende fazer. Se a Câmara Municipal não foi capaz de dizer “não senhor, o planeamento terá que ser outro”, a responsabilidade cai toda em cima de si, Sr. Presidente.

Porque o empreiteiro não tem lugar, aqui, na Câmara Municipal. A Câmara Municipal é que tem de ditar as regras.

Outra questão que o senhor omitiu propositadamente ou não é efectivamente não me ter respondido à questão do que é que se está a passar acerca da expropriação dos terrenos das rotundas.”

Em seguida foi dada a palavra do Sr. Presidente da Câmara Municipal para que em relação à intervenção do Sr. Eng.º Carlos Maia referisse o seguinte:

“O empreiteiro não impõe regras à Câmara Municipal. A Câmara Municipal impõe as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regras ao empreiteiro quando estabelece um prazo para a execução da obra. Portanto Sr. Eng.º Carlos Maia não confunda as coisas.

A outra questão é só dizer-lhe que não há expropriações nenhuma a ser feitas. Há sim processos de negociação.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Luís Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“É só para prestar um esclarecimento ao Sr. Dr. Francisco Garcia, é que fico muito congratulado pelo Expresso pertencer à literatura do Comité Central do PCP.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Francisco Garcia tem de começar a ler o documento do PCP que é para ver se aprende alguma coisa.

Senhor Presidente da Câmara Municipal então o PIDDAC não vale nada? Então, mas afinal o que é que vale?

No caso da Biblioteca Municipal não se deixa de referir que não está em PIDDAC e, como tal, ainda não tem verba disponível. Aliás, como o projecto está aprovado e há “contrato-programa” com a Câmara, era suposto que estivesse uma dotação em PIDDAC. Ora, o PCP propôs que estivesse durante a discussão do Orçamento de Estado na Assembleia da República, mas o PS e o PSD votaram contra.

Se querem acabar com o PIDDAC, a contrapartida pode passar pelo grande aumento das dotações das verbas para as autarquias, mas isso também não fazem.

Eu faço votos para que a Câmara Municipal consiga ver aprovados os projectos que apresentou. Mas depois, Sr. Presidente, não venha cá queixar-se se forem chumbados. O PIDDAC não serve para nada?! Por analogia poder-se-á perguntar: porque é que estamos aqui se o Plano Director Municipal não servir para nada?”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer o seguinte:

“Queria só dizer que, quando eu digo que o PIDDAC não interessa para nada, é face aos novos instrumentos que existem hoje de apoio ao investimento público.

Em resposta ao Sr. Deputado Prof. João Dinis, informo que nós temos um protocolo assinado, em que é garantida a comparticipação da obra em cinquenta por cento. Portanto, temos essa garantia. Entendemos que o Governo é pessoa de bem e, como tal, irá cumprir com esse protocolo.

Não sou só eu que digo isso, há muitos colegas meus a fazerem a mesma referência, dizendo que o PIDDAC é um instrumento que não tem as implicações directas que tinha há dez anos atrás.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
29.SET	Reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas
30.SET	Reunião a Direcção de Projectos das Estradas de Portugal
01.OUT	Reunião com o Presidente da ADXTUR
06.OUT	Reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Lagares da Beira
09.OUT	Reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento da Cordinha



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10.OUT	Visita de um vogal do Conselho de Administração da Fundação das Estradas de Portugal
10.OUT	Reunião do Conselho Geral Transitório da Escola Secundária
14.OUT	Reunião com Direcção Regional Economia do Centro
14.OUT	Reunião de apresentação da Associação Oito por Oito de Lagares da Beira
20.OUT	Reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Lagares da Beira
22.OUT	Visita do Sr. Presidente da Câmara de Cantagalo
26.OUT	Festa da Castanha em Aldeia das Dez
27.OUT	Entidade Regional do Turismo
29.OUT	Comemoração do Dia Nacional do Idoso – Encontro Concelhio de Idosos
30.OUT	Assembleia-Geral da AMPIN, na Lousã
06.NOV	Sessão de apresentação de incentivos no âmbito do QREN – Promovida pelo NDEIB
10.NOV	Seminário do Final do Projecto “Bem Crescer” – Boas Práticas – Utopia ou realidade
24.NOV	Reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento da Cordinha
25.NOV	Reunião com elementos do CDOS
25.NOV	Reunião com Direcção da Obra D. Josefina da Fonseca
28.NOV	Reunião com representante da EDP
04.DEZ	Reunião com Presidentes de Junta do concelho – GOP’s e Orçamento 2009
09.DEZ	Reunião da CIMPIN, na Lousã
11.DEZ	Assembleia do Conselho Geral de Parceiros do PROVERE – Rede Aldeias de Xisto – Fundão
15.DEZ	Reunião de Direcção da ADESA
16.DEZ	Assembleia-Geral Extraordinária das Águas do Zêzere e Côa
17.DEZ	Reunião da Comunidade Intermunicipal do Pinhal, na Sertã

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

CANDIDATURAS INDIVIDUAIS (QREN)

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Apresentação de Candidatura	Ponto de situação
Potencial Humano	Qualificação dos profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde	Formação Profissional	Apresentada candidatura a 14.MAR.2008	Proferida decisão final de indeferimento em 07.OUT.2008
Regional do Centro (Mais Centro)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)	Reengenharia de Processos	Apresentada candidatura a 29.FEV.2008	Proferida decisão final de indeferimento em 04.SET.2008
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Requalificação Urbanística do Largo Rib. do Amaral e Req. da Av. 5 de Outubro, R. General Santos Costa e da R. Prof. Antunes Varela, em Oliv. Hospital	Apresentada candidatura a 24.OUT.2008	Em apreciação

CANDIDATURAS COLECTIVAS (QREN)

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Entidades Envolvidas	Ponto de situação
Regional do Centro (Mais Centro)	Governança e Capacitação Institucional - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos - PROVERE (Acções	Frentes Ribeirinhas e Parques Verdes Urbanos (1)	Municípios de Oliveira Hospital, Arganil, Figueiró dos Vinhos, Góis,	Proferida decisão final de indeferimento em 07.OUT.2008



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

	Preparatórias)		Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Tábua e V. Nova de Poiares	
	Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (Programas Estratégicos)	Rede Urbana Vilas do Pinhal (2)	ADXTUR – Municípios de Oliveira do Hospital, Fundão e Castelo Branco (cidades), e restantes Municípios do Pinhal Interior (vilas)	Apresentada candidatura no dia 17.OUT.2008
Regional do Centro (Mais Centro)	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	Preparação da Agenda 21 Local para a Região do Pinhal Interior Norte	AMPIN - Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte	Proferida decisão final favorável
Potencial Humano	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	Acções de formação-acção a iniciar em 2009	AMPIN - Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte	Em apreciação
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural	Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento	Estratégia Local de Desenvolvimento	ADIBER, Municípios de Oliveira do Hospital, Arganil, Góis, Tábua e outras entidades públicas e privadas	Proferida decisão final de aprovação em 31.OUT.2008

OUTRAS CANDIDATURAS

Programa	Tipologia de Intervenção	Operação	Apresentação de Candidatura	Ponto de situação
Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e o Instituto do Desporto de Portugal, I.P.	Medida 4 “Mini-Campos Desportivos” – 2ª Fase	Mini-Campo Desportivo do Chão da Bispa	Apresentada candidatura a 21.NOV.2008	Em apreciação

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis para perguntar o seguinte:

“Como é que correu a Assembleia Extraordinária das Águas do Zêzere e Côa?”

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu o seguinte:

“Nesta assembleia foi feita uma proposta para aumento de capital. Nessa assembleia foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração que a empresa já não tinha condições para pagar os reagentes, daí a necessidade do aumento de capital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entretanto, gerou-se a habitual análise e discussão à volta desse tema e os municípios de entre os quais o nosso manifestaram-se dizendo que face às dificuldades com o que se vai passando não existem condições para se estar a subscrever mais capital.

A parte de capital para ser disponibilizada para subscrever é no valor de quatrocentos e trinta e seis mil euros e todos os municípios manifestaram a mesma posição relativamente a esta questão.

Entretanto, depois de alguma polémica gerada, o Senhor Presidente das Águas de Portugal, porque ninguém é obrigado a subscrever capital social, e que o capital social se aumentava naquilo em que fosse a sua subscrição por parte dos accionistas.

Mas, o Senhor Presidente das Águas de Portugal não excluiu a hipótese de eventualmente as Águas de Portugal puderem vir a subscrever todo o capital social se todas as autarquias não o subscreverem.

No entanto, a ideia com que eu fiquei é de que com este aumento de capital, se nada for feito por parte do Governo para apoiar a empresa, no próximo ano estaremos lá para deliberar outro aumento de capital.

Com o aumento que foi proposto se não houver outro tipo de injeção por parte do Governo como meio de compensação pela saída da Covilhã, não há hipótese.

Há uma dívida dos municípios na ordem dos oito milhões e novecentos mil euros mas depois há dívidas muito maiores aos empreiteiros que têm andado a fazer as obras e que ascendem a cem milhões de euros.

A situação por parte da empresa não é nada famosa e eu diria que, se esta fosse uma empresa privada, decerto que já estava falida.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de pedido de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Foi, então, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fez a seguinte intervenção:

“Tudo o que diz respeito a este ponto foi enviado juntamente com a documentação enviada para todos os membros desta assembleia municipal.

Como sabem, a anterior lei deixava este tipo de decisão nas “mãos” do Executivo mas de acordo com a nova lei temos de remeter também para a assembleia municipal.

Como é a Assembleia Municipal que aprova a taxa de IMT também deve ser este órgão que deve isentar aqueles que eventualmente possam ter direito a essa isenção. Isto está inscrito no Orçamento de Estado e é uma forma de apoio aqueles que se instalam no interior e nesta perspectiva aqui está este pedido para que os Senhores Deputados se pronunciem.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu que fez a seguinte intervenção:

“Esta medida é uma medida positiva porque é uma proposta muito antiga do PCP, que agora foi convertida em lei. Mas, a minha intervenção tem mais haver com querer saber se há apenas um pedido.

Há aqui uma questão: há falta de informação às pessoas. Por isso, deixo o seguinte apelo: que seja disponibilizada informação para as Juntas de Freguesia – que estão próximas das populações – para que possam fazer a devida divulgação, para que, nas próximas Assembleias, sejamos chamados a votar mais pedidos.

Esta medida é muito interessante e não devia deixar ser utilizada por falta de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informação.”

Terminadas as intervenções, foi colocado à votação o Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de pedido de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis –, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2009/2012, do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2009 e do Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanha a proposta de Orçamento.

Depois de terem sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Raúl Dinis que, depois de cumprimentar todos os presentes e desejar um Feliz Natal, fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar na fase das GOP’s queria falar numa situação que também já foi aqui referida pelo Sr. João Abreu, acerca das obras da estrada Lagares/Meruge.

Sobre esta estrada gostaria de me congratular pelo retomar dos trabalhos e ao mesmo tempo fazer alguns reparos à forma como estão a decorrer as obras já dentro da vila; não há sinalização adequada; quando chega ao fim do dia de trabalho, não são tomadas medidas para que a trânsito se possa fazer sem problemas, pois fica sempre um amontoado de obstáculos, que me têm obrigado sistematicamente a chamar a atenção dos responsáveis da obra. Na minha opinião há, na obra, falta de organização, o que lesa os interesses dos utentes, já que não são salvaguardadas as condições de segurança.

Quero-vos dizer que quase todas as semanas venho ao gabinete técnico por causa destes problemas na obra.

Também quero aqui dizer que hoje aconteceu mais um acidente na descida da variante de Lagares/Nelas, situação que vem reforçar os meus pedidos para que seja repavimentada a antiga entrada Lagares/Ribeirinha a qual serve de alternativa no tempo do gelo, à estrada principal, para além de que habitualmente esta via é bastante utilizada, até pelos transportes públicos. Portanto deixo aqui um apelo para que esta situação seja equacionada.

Depois trago aqui algumas situações que gostaria de ver resolvidas em Lagares da Beira, servindo-me desta intervenção como declaração de voto.

Hoje criticamos muitas vezes o abandono a que são votados alguns edifícios e nós temos uma situação em Lagares da Beira que precisa de uma solução, esse edifício é o antigo quartel dos bombeiros a que já me referi diversas vezes. Ele está inscrito nas GOP’s e é uma das situações que gostaria de ver resolvida.

Outra situação é o cemitério. Estamos a ultimar as negociações com a PT com vista á cedência de mais algum terreno para a sua ampliação. Nas GOP’s existem algumas verbas nas rubricas generalistas por isso esta situação poderá ser perfeitamente enquadrada nestas verbas, logo que o processo esteja concluído.

Vou seguir o mesmo princípio que tenho seguido desde o início do meu mandato, nesta Assembleia Municipal.

Desde que estejam inscritas obras para a freguesia de Lagares da Beira, no orçamento



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e GOP's, em voto favoravelmente.

A título de conhecimento e para terminar, informo que está a ser instalada uma antena em Lagares da Beira, que vai permitir uma melhor cobertura da rede para telemóveis.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Eng.º Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Plano e Orçamento e às Grandes Opções do Plano há duas ou três questões às quais eu queria fazer um reparo e fazer também algumas questões.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirma que há um aumento no caso do Orçamento 6,67% em relação ao Orçamento para o ano de 2008 e nas Grandes Opções do Plano há um aumento de 7,2%. Obviamente, que nós detectámos e vimos que parte disto tem a ver com obras e com o empréstimo bancário que esta Assembleia Municipal aprovou.

Eu, desde o início que era para referir uma questão que atravessa todo o Orçamento sobre uma série de obras em que nós já anteriormente ao longo dos sucessivos anos chamamos à atenção para que – e esse é o nosso entendimento – que há aqui obras que hoje evitavam de estar a aparecer para realizar no ano de dois mil e nove ou para anos posteriores.

Algumas obras que estão em Orçamento já podiam ter sido feitas em anos anteriores, mas o Senhor Presidente da Câmara Municipal pensa que não, tendo uma visão diferente da nossa.

Já foi aqui referido há uns tempos que estas obras já poderiam estar feitas e, possivelmente, com custos mais baixos.

O senhor tem andado a adiar obras consoante o seu interesse pessoal e o seu interesse político-partidário dentro da Câmara Municipal.

As populações e as entidades das populações, porventura, não terão tanto com isso, isto diz-lhe mais a si. Então assistimos aqui, a um Plano e Orçamento que mais parece uma cópia do que se passou anteriormente, consoante as necessidades político-partidárias e eleitorais do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Quanto a isto, penso que não há dúvidas. As pessoas ao longo dos anos já se aperceberam disto, não é a primeira vez que isto acontece e mais uma vez caímos num Plano e Orçamento deste tipo, com obras que já podiam estar feitas há muito tempo. No entanto, é preciso é que essas obras sejam feitas.

Outra questão é a rubrica que diz: “assistência a carenciados”. Eu entendo e o senhor dir-me-á “bom, são valores”. Está bem, são valores mas de qualquer forma também nos valores e no Orçamento se mostra a vontade e o sentido político: o Senhor aparece aqui nesta rubrica com vinte e cinco mil euros mais setenta e cinco mil euros.

Eu entendo, manifestamente, como paupérrima esta verba. O Senhor poder-me-á dizer que pode ser cem mil ou qualquer outra quantia, mas eu não acredito.

A Câmara Municipal já tem, porventura, algumas medidas, em concreto, de apoio directo a carenciados, como já existem em muitos municípios deste País? Esta é uma pergunta directa para o Senhor Presidente da Câmara e gostaria que me dissesse se já tem alguma medida em concreto.

Como eu dizia há pouco, os cinco milhões de euros vão ser esgotados única e exclusivamente em obras como a estrada Oliveira do Hospital/Felgueira, na Estrada Lagares da Beira/limite do concelho, na Requalificação Urbana do Largo Ribeiro do Amaral e mais duas ou três ruas. E esgota os cinco milhões de euros que a Assembleia Municipal aqui aprovou.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há aqui uma coisa em que continuamos em total desacordo e mais uma vez chamo a atenção: não há nada de concreto, o Senhor não nos apresenta nada de concreto, nomeadamente de um espaço de localização empresarial, em que as rubricas são para rir. Estas rubricas mostram que o Senhor continua a não querer fazer nada no próximo ano. Isto já aconteceu no ano passado, em anos anteriores e vai continuar a acontecer. Nesta matéria estamos completamente divergentes.

Se chega um empresário a Oliveira do Hospital que se queira instalar, o Senhor manda-o embora porque não tem onde o instalar. Como nunca passamos disto os empresários vão para Arganil, Carregal do Sal, etc.

É o emprego, a economia do concelho e as pessoas que cá vivem que estão em causa.

Quanto a uma outra estrada que já tem sido diversas vezes aqui debatida nesta assembleia municipal, mais uma vez o Senhor vai adiar: a execução da estrada do limite do concelho para o concelho de Seia com ligação ao Pólo Industrial da Cordinha.

Já não basta o Pólo Industrial estar como está pois qualquer dia não se sabe para que é que aquilo será. Agora, também esta estrada, que ia desviar o movimento dentro de Vila Franca da Beira e de Aldeia Formosa, está mais uma vez a ser adiada.

Estes reparos ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, serviram para lhe dizer que mais uma vez eu não vou votar a favor por questões em que continuamos a estar divergentes.”

Em seguida tomou a palavra o Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Já aqui falei de algumas obras em curso e nomeadamente da continuação da Estrada Oliveira/Felgueira-Velha para que se conclua no próximo ano, para que a seguir possa também ser iniciada a requalificação da estrada do Moinho do Buraco porque – e nisso a Câmara Municipal tem razão – só se deve iniciar esta obra depois de terminada a obra que está em curso. Esperamos é que se termine uma e se inicie logo a outra.

Depois, em relação à freguesia de Vila Franca da Beira há outras obras em Plano para 2009. Está aí uma que é a colocação de betuminoso na Estrada Velha que aparece pela sétima vez no Plano de Actividades. Desta vez aparece com uma dotação significativa. De facto, necessitamos o betuminoso na Estrada Velha e de arranjar as ruas à volta do Largo do Rossio que é uma zona nobre.

Volto a referir, pela terceira ou quarta vez, que as ruas interiores na minha Freguesia, são das que em mais mau estado estão no Concelho, e estou a falar de ruas no interior das Povoações. Ainda agora tiveram que levar o décimo segundo remendo em cima do outro remendo e portanto esperamos que a obra nestas ruas que confinam com o Largo do Rossio também avance no ano de dois mil e nove.

Depois, em Vila Franca da Beira irá ser feita uma nova intervenção no Cemitério porque, a curto prazo e infelizmente, vai ser necessário passar para a parte em que houve o alargamento.

Já agora, a Câmara Municipal não vai deixar de apoiar as comemorações do septuagésimo quinto aniversário da UDV, União Desportiva e Tuna Vilafranquense e deixo aqui uma sugestão para que lhe seja atribuída uma medalha municipal. Esta não é uma sugestão despropositada porque não é todos os dias que uma associação comemora setenta e cinco anos.

Passando a aspectos mais gerais, há mais ou menos quatro anos já nós aqui dizíamos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Câmara Municipal devia aproveitar a sua capacidade legal de endividamento para contrair empréstimos bancários no sentido de executar obras que estavam a atrasar-se.

Passados alguns anos dissemos aqui também, e a propósito deste empréstimo que foi por nós aprovado, quando o dinheiro estava caro é que a Câmara Municipal contraiu empréstimo, pois no ano passado quer a euribor quer o spread estavam altos.

Mas, de alguma maneira, agora a crise também dá oportunidades e, neste momento, o dinheiro está mais barato permitindo que a Câmara Municipal faça as obras que estão para fazer.

Mas, no Plano de Actividades creio que continuam a faltar as piscinas municipais da EB1 da Cordinha porque não são um luxo mas sim uma necessidade.

O Vale do Mondego continua a estar semi-abandonado e desprezado a nível institucional. Já não falo do problema da desflorestação nem da extracção ilegal de areias que continua a prosperar mas do estradão onde passava a saudoso Rally de Oliveira do Hospital, que necessita de outro tipo de tratamento.

O Castro do Vieiro, memória com mais de três mil anos, está abandonado e em terrenos privados. Está catalogado, já fui estudado e até vem um pouco diluído no sítio da Câmara Municipal. Continua com um monte de eucaliptos em cima, qualquer dia o alegado proprietário vende os terrenos ou planta lá ainda mais eucaliptos. Entretanto, Câmara e Estado/Governo continuam a assobiar para o lado...

O património de Oliveira do Hospital não é só a Bobadela. O Castro Vieiro, no estado em que está é lamentável.

As novas instalações da ESTGOH vêm aqui muito soft. Refere-se às obras mas não se diz aonde – eu registo esta subtilidade.

Polidesportivos e Casas Mortuárias – até aqui havia programas através da CCDR-C que permitiam o financiamento para a sua construção. Agora, se passa tudo pelo orçamento municipal é uma chatice.

O Centro de Emergência Social de Travanca de Lagos é municipal numa primeira fase e depois dessa fase vai ser concessionado a quem? É uma IPSS. Passa para a iniciativa privada – não se esqueçam.

Por último, volta a alertar que há um Projecto-Lei do Governo na Assembleia da República que prevê a passagem para os municípios de várias acções de prevenção e combate aos agentes bióticos e abióticos, em termos de floresta, em que, nomeadamente, agora temos no Concelho o problema da doença do nemátodo do pinheiro.

O nemátodo, embora ainda não seja uma situação tão alarmante como se quer fazer crer, é muito preocupante já e carece de combate sistemático. Por outro lado, as serrações de madeira tiveram que fazer grandes investimentos por causa disso.

Se por acaso fechassem as duas serrações de madeira na Cordinha, eram mais sessenta famílias que teriam de ir para outro lado.

Agora, o Governo que já reconheceu que não tinha os meios técnicos e humanos para combater o nemátodo está a passá-lo como contrabando para os municípios.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. António Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu penso que já há algum tempo que deveríamos repensar o funcionamento da assembleia municipal no sentido de equilibrar os tempos de resposta. Os colegas fizeram



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diversas intervenções, de seguida foi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal que falou imenso tempo com argumentos que ficaram sem resposta. Isto é inadmissível e não pode continuar. Não sei como é que se pode alterar o regulamento mas alguma coisa tem que se fazer.

Eu só vou fazer algumas notas: o Senhor Presidente da Câmara Municipal acha que todos os gestores do País que negociam são moles e brandos como disse. E apeteceu-lhe dizer outra coisa – a gente percebeu – mas não disse.

Para o senhor, só aqueles que têm uma gestão de olho por olho e dente por dente é que são os bons gestores.

Quero dizer que o senhor está completamente desactualizado hoje em dia. Hoje em dia essas pessoas que trabalham connosco envolvem-se, recuperam-se e respeitam-se. Não se tratam, como se leu nos jornais locais, com processos judiciais porque há uma coisa que se chama dignidade humana e por dignidade humana entende-se atitude pedagógica e cívica para com tais pessoas. Independentemente das suas atitudes, devem ser respeitadas como pessoas.

Quanto ao MODCOM quero dizer-lhe o seguinte: vou tentar saber o que é que se passa, mas também não tenho problema nenhum em reconhecer, aqui, que no caso de haver algum problema da parte da entidade financiadora em relação ao não pagamento dos incentivos ou ao atraso no pagamento dos mesmos, como disse vir aqui reconhecê-lo.

Agora, também lhe digo, se houver alguma falta de documentos da parte das empresas, na próxima Assembleia Municipal di-lo-ei frontalmente.

Mas ainda que seja assim e mesmo que os incentivos estejam atrasados, isso não impede que não houvesse mais empresas a candidatar-se e que a Câmara as ajudasse. As empresas que se candidataram, vão receber à volta de 30% do investimento global. Essas empresas podem recebê-lo daqui a um, dois ou três anos mas vão recebê-lo.

Não lhe respondo ao desrespeito que teve para comigo em relação ao que se passou no ano de mil novecentos e noventa e três porque o senhor, tão bem como eu, sabe o que se passou nessa altura. Em relação à minha vida particular não me refiro aqui.

Outra questão que eu queria referir rapidamente é pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que nos ajudasse a definir o que é que é fora e o que é que é dentro da competência da Assembleia, o que é que é partidário e o que é que não é.

Se nos ajudar a definir essa questão penso que todas as moções que aqui têm sido aprovadas e apresentadas pela CDU não têm razão de ser porque não têm a ver directamente com a actividade da Assembleia. Eu, pela parte que me toca, não vou prescindir – e penso que os colegas da CDU também não vão prescindir – de atacar ou defender o Governo.

Agora, pedia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal – uma vez que se referiu a isso – para nos definir em que é que, em sua opinião, nós podemos falar e a partir daí teremos mais condições para o fazer.

Em relação às Grandes Opções do Plano não vou repetir o exercício que fiz nos últimos anos. Acho que em certa medida está desvirtuado este instrumento legal, como confirmaremos, em breve, na próxima Assembleia Municipal, quando aprovarmos o Relatório de Actividades deste ano, o qual não vai ser cumprido em mais do que cinquenta a sessenta por cento, que é o que se tem passado nos últimos anos.

Nós na Administração Pública temos um sistema que se chama SIADAP – Sistema de Avaliação dos Dirigentes e Funcionários da Administração Pública. Existe o cumprimento de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

objectivos que são ou não são atingidos. E, neste caso, são feitas cessar as comissões de serviço em função do não cumprimento dos objectivos. Aliás, eu gostaria de saber como é que a Câmara Municipal o aplica aos seus dirigentes intermédios se depois não consegue cumprir aquilo que aqui nos apresenta. Como é que consegue cumprir objectivos em termos das chefias intermédias?

Mas, se nós avaliássemos as Grandes Opções do Plano de anos anteriores com o mesmo regime do SIADAP que é aplicável a toda a Administração Pública, esta Câmara Municipal já tinha cessado a comissão de serviço há muito tempo.

Eu pergunto; se sabemos quais são os objectivos propostos e se são para cumprir. E, se não são, pergunto o que é que estamos aqui a fazer. Vamos chegar ao fim do próximo ano e chegar à conclusão que só cinquenta ou sessenta por cento é que vai ser cumprido.

Agora, aparece uma novidade nestas Grandes Opções do Plano que é a indefinição das rubricas – criação de salas de aula, apoio às IPSS's, ampliação de rede de esgotos, fontes, aquedutos, etc... tudo isto com valores à volta de duzentos e cinquenta mil euros, o que é um valor muito significativo. Ora, isto não é legal. Esta indefinição na previsão genérica não é legal.

Ainda assim, aparece uma rubrica – realização de investimentos de natureza diversa com a quantia de trezentos mil euros – não se sabendo onde são estes investimentos? A Assembleia Municipal precisa de ser informada. Isto é um desrespeito para com a Assembleia Municipal e é a forma de aprovar o Plano sem que a Assembleia saiba o que é que se vai fazer.

Obras concretas temos três muito claras: Largo Ribeiro do Amaral, Beneficiação da Estrada Oliveira/Nelas e Estrada do Vale do Alva.

Positivo é também estar previsto o espaço de incubação empresarial e formação de empresas. Só que, não creio que o valor previsto chegue para arrendamento, edifícios, obras, etc. No entanto, reafirmo, a presença desta rubrica é altamente positivo.

Quanto ao resto, queria relembrar que nós aprovámos para as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e sete a execução da Estação Central de Camionagem que, se não me engano, já vem do século passado. Aprovámos a criação de um espaço de incubação de empresas e, dizia-se nas GOPs; “agora finalmente, em dois mil e sete vai ser concluído o processo de Revisão do PDM”. Acho que chega para se perceber que esse instrumento não foi minimamente cumprido. Aliás, foi uma frustração completa e absoluta.

Nas Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e nove, em relação a factores de desenvolvimento e sobretudo na área de fixação de populações, nada de relevante se colhe do mesmo. Continuamos a apostar na mesma política. E se houvesse dúvidas veja-se a terminologia apresentada: arranjo, requalificação, conservação, adaptação e beneficiação, nada de “concepção”, nada de outros princípios. Enfim, diríamos que não há nada de novo!

Temos, aqui, um problema que já não é só da autarquia e é talvez da massa crítica, da juventude, das forças vivas deste concelho. Já o referi num dos jornais mas vou em certa medida fazer duas ou três referências.

Como eu disse há pouco, isto já não é só problema da autarquia, nós quando nos comprometemos com as populações devemos fazer tudo o que nos for possível para corresponder aos seus anseios e aspirações. Devemos saber se somos capazes de compreender qual vai ser o futuro para influir nele. Mas, nós aqui neste concelho com esta autarquia não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos a perceber o que é que se está a passar.

Há dias, ao ler o primeiro livro do Paulo Coelho deparei-me com um exemplo que ele dá e que é característico. Diz ele que um sapo mergulhado num tacho em água quente salta de imediato para fora. Chamuscado mas vivo. Porém, se colocado com a mesma água do lago de onde provem fica estático enquanto aquece a água e morre, inchado e feliz.

O sapo mergulhado na sua zona de conforto não se apercebe do que é que lhe está a acontecer.

Com devido respeito, que é muito, este é um exemplo científico da forma como a autarquia deste concelho está a comportar-se. Este concelho não reage perante a desertificação humana. Vivemos de cócoras e somos incapazes de votar direito, como diz a Lusitana Fonseca, com quem não tenho nada a ver politicamente.

Numa altura em que sessenta por cento da população portuguesa se propõe votar à esquerda, Oliveira do Hospital tem o maior número de militantes num partido de direita no distrito de Coimbra.

Aqui não há irreverência, perdeu-se a capacidade de voar e se continuarmos assim entraremos num processo autofágico.

O que quero dizer aos vários autarcas é que se preocupem com o futuro dos vossos filhos e exijam uma sociedade com valores mas com desenvolvimento. Mesmo que queiram continuar no mesmo partido, exijam mais e exijam de vós próprios.

Por favor, não se contentem e não mudem de partido por causa de um açude.

Estudem os sistemas económicos, leiam O Processo Histórico de Juan Clemente Zamora e verão que aquilo que defendiam – por exemplo a entrega de parte da Segurança Social a privados – não têm futuro. O neo-liberalismo está moribundo e por isso é preciso mais esquerda. E, aqui, os que nos prometem os arranjos, a requalificação, a conservação e a adaptação não tem a perspectiva suficiente para chegar ao desenvolvimento.

Ainda há pessoas que acreditam que o fundamental é a obediência mas o fundamental é a competência.

A competência no apoio às forças vivas do concelho, a competência na criação do futuro para toda esta zona.

Como disse o Prof. José Reis numa recente entrevista: as grandes obras não caem aqui de pára-quedas. Quando melhorar a situação financeira internacional e quando chegar aqui o IC6, este concelho devia estar pronto para o arranque e não está.

Para finalizar, quero dizer-lhes que quando se troca a liberdade por alguma segurança não merecemos nem a liberdade nem a segurança. E eu não gostaria de concluir, um dia, que em nada vale tentar ajudar aqueles que não se ajudam a si mesmo, por isso vou votar contra estas Grandes Opções do Plano.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. D. Maria Cristina Sousa que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia Municipal e senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrar que perante os eleitores da freguesia de S. Paio de Gramaços que votaram no nosso projecto para a Junta de Freguesia e no Senhor para Presidente da Câmara Municipal haja neste próximo ano, um esforço de ambas as partes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que esta freguesia não seja uma das mais esquecidas. Mesmo que se possam concretizar obras que sejam necessárias. Nesta convicção de esforços, vou votar favoravelmente este Orçamento. Para tal, estamos dispostos para dialogar, convictos que somos ouvidos para defender o bem-estar da população da freguesia de S. Paio de Gramaços que é essa a minha missão.

Já agora, desejo um Santo e Feliz Natal e um Ano com muita esperança.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Esteves, para fazer a seguinte intervenção, depois de ter dirigido cumprimentos aos presentes:

“Venho aqui fazer uma pequena leitura do texto que fiz acerca das Grandes Opções do Plano e indicar o meu sentido de voto para o Orçamento e Grandes Opções do Plano e o porquê de ser um voto favorável.

O texto diz o seguinte:

“Nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2009, orçado em 16.659.000,00 €, reflecte uma variação de 6,67%, para mais, do orçado para este ano de 2008, assim distribuídas e que passo a apreciar as mais importantes, a saber:

1.ª Educação e Formação Profissional:

Esta rubrica contempla 7,26% do plano e realça, para além do empenho por parte da Câmara Municipal para patrocinar uma melhor qualidade no ensino, quer a nível pré-escolar, quer escolar, por todo o concelho, a obra a realizar na cidade de Oliveira do Hospital, com a ampliação da Escola Básica 1/Jardim-de-infância, o que vai criar melhores condições de ensino.

Nesta rubrica, o quanto gostaria de ver orçamentada a parte que caberia ao município na construção das novas instalações da ESTGOH, já que as actuais, usadas por este estabelecimento de ensino superior, além da falta de condições técnicas, já se mostram exíguas no seu aspecto funcional.

2.ª Cultura, Desporto e Tempos Livres:

É uma rubrica que contempla cerca de 13,66% do orçamento. Relewa-se o facto da construção da Biblioteca Municipal, que é uma obra fundamental, quer para a população em geral, quer para o apoio aos diversos graus de ensino, com destaque para o superior.

É uma obra que os oliveirenses já ansiavam há bastante tempo e que se assinala com agrado a sua construção.

3.ª Habitação e Urbanismo:

Com cerca de 14,84% do orçamento das grandes opções do plano, contempla, para nosso agrado a requalificação de diversos centros históricos, como o de Avô, Bobadela e Lourosa, o que vai contribuir para uma melhor qualidade de vida da população do concelho, salientando ainda, a requalificação urbanística da cidade já em curso.

4.ª No que concerne ao apoio ao fomento empresarial, é com agrado que se regista o arranque do Espaço de Incubação de Empresas e o Programa Municipal e de Fomento Empresarial, o que de algum modo vem contribuir para a criação de novas empresas e apoio ao tecido empresarial existente, o que irá de certeza contribuir para uma maior diversificação e dinamização da actividade económica no nosso concelho.

5.ª Não queria deixar também de referir nas intenções destinadas ao objectivo 9 – Comunicações e Transportes, que tem vindo, já alguns anos a ser considerada a “parte de leão”, por ser neste orçamento o que engloba maior percentagem de investimentos, cifrando-



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se nos 35%.

Os investimentos estão previstos para todo o concelho e distribuídos com equidade, pretendendo-se com este investimento melhorar consideravelmente a vida dos munícipes.

Não queria terminar sem registar, com agrado, a entrada em funcionamento em 2009 do projecto “Oliveira Online”, o que vai trazer à população o acesso gratuito à Internet em todo o concelho.

Como se trata de uma proposta equilibrada, que visa o desenvolvimento do concelho e a contribuição para o bem-estar da sua população, eu voto a favor.”

Não queria também deixar de desejar a todos os presentes e às suas famílias um Bom Natal e Um Ano Novo cheio de felicidade e que traga tudo de bom.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha para dizer o seguinte:

“Os documentos que o Executivo nos apresenta estão em linha com a sua actuação ao longo deste mandato: privilegia o investimento contendo as despesas correntes e procura encontrar comparticipação financeira para os projectos de maior dimensão.

Naturalmente que o Executivo poderia ir mais longe, sobretudo em ano de eleições. Mas não o faz, em nome do equilíbrio das suas contas que o PSD sempre defendeu.

Aliás, era fácil para este Executivo transformar este Concelho num estaleiro de obras, num ano de eleições. Bastaria pôr imediatamente em concurso os maiores projectos que tem em carteira, tais como a Biblioteca Municipal, a Central de Camionagem, as intervenções nas zonas históricas, ou simplesmente aumentar o ritmo das grandes reparações e melhoramento de estradas, etc., etc....

Porém, que diríamos todos nós se o Executivo o fizesse antes de ter assegurada a necessária comparticipação? E o que diriam os habituais críticos que exigem para ontem as obras que só podemos fazer amanhã?

Sabemos que as metas de desenvolvimento para o Concelho não acabam com as obras que já estão ou estão à beira de ir para concurso público. Inúmeras outras obras são necessárias em todas as freguesias e torna-se indispensável continuar a projectar o futuro, por exemplo, estudando as ligações a Oliveira do Hospital depois de conhecidos os traçados definitivos dos IC's, a projecção de variantes que são necessárias em algumas freguesias, a localização e projecção de um Pavilhão Multiusos e de um Complexo Desportivo, um estacionamento para viaturas TIR e a hipótese de, no limite, repito, no limite construir as novas instalações da ESTGOH.

No entanto, estas e outras metas de desenvolvimento onde incluímos a implementação de novas formas de apoio ao tecido produtivo empresarial, não podem nem devem ser atingidas à custa de um endividamento insustentável. Independentemente de a própria Lei das Finanças Locais impor limites ao endividamento, este deve estar sempre contido dentro de Orçamentos de Tesouraria realistas, que permitam satisfazer com segurança o serviço da dívida. Esse instrumento financeiro maravilhoso que é o CRÉDITO deve ser usado com a prudência adequada para não hipotecar o futuro das gerações vindouras. Genericamente, uma parte importante das dificuldades sociais de hoje resulta do excesso de endividamento passado.

Porém, a melhor obra que este Executivo – maioritariamente PSD – tem vindo a fazer ao longo dos últimos mandatos é um forte e determinado investimento no sector escolar, também complementado com uma invejável política cultural. Estas são das obras que não se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vêm ... mas são das que mais valorizam o futuro dos nossos jovens!

Queremos saudar também uma progressiva e clara vertente de apoio social que o Executivo demonstrou estar a acautelar nestes documentos. Parece-nos importante que se antecipem medidas para colmatar eventuais situações de crise social, como as situações de extrema carência que ontem mostrou a TVI no seu telejornal, existentes em Concelhos considerados como exemplos de desenvolvimento.

Por último, queremos dizer que não vale a pena fazer balanços antecipados da actividade do Executivo. Jamais nos poderão dizer, como fizeram no passado, que receberam como herança duzentos mil contos e um piano... Hoje já não é possível este tipo de afirmações gratuitas, porque as Contas de Gerência espelham obrigatoriamente quer a situação financeira quer o Património do Município.

Por tudo isto, é com toda a justiça que propomos a aprovação destes documentos por esta Assembleia Municipal.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Dr. Francisco Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Não posso deixar de fazer um comentário: não estão a ser honestos porque está feita uma previsão das grandes obras e não passam de uma previsão pois nunca as fazem.

Mantêm-se sempre na pedra da calçada, no bip à porta da mercearia, no caminho das pessoas que vão levar a comida aos porcos de Ferrari. E isto são obras importantes, mas não desenvolvem o concelho.

A incubadora de empresas: de facto, nós estamos em ano de eleições, Sr. Carlos Rocha. Mas eu tenho viajado um pouco pelo País, tenho visto coisas que são feitas por Portugal fora e não é preciso ir muito longe, pois em Arganil, com uma Câmara Municipal gerida pelo vosso partido, a incubadora de empresas está, de facto, a andar.

Aqui, vamos arrendar seis gabinetes em ano de eleições só para se dizer que se tem uma incubadora de empresas. Uma proposta que o PS anda a reivindicar há muito tempo e vocês vêm atrás dessa proposta. Arrendar seis gabinetes não é ter uma incubadora de empresas mas sim deitar areia para os olhos do povo de Oliveira do Hospital.

Para além da incubadora há mais dois exemplos. Neste mandato sempre me debati pelo alargamento da cobertura de internet e a resposta foi sempre: “não há necessidade de mais espaços internet”. Mas está mais uma verba no orçamento para mais espaços internet. “Não vou correr o risco de dar possibilidade às nossas crianças e jovens a terem acesso aos perigos da internet” Mas agora já podemos correr esse risco...

Ainda bem que é assim, já que podemos correr esses riscos, e ainda bem que vão haver mais espaços de internet.

Por último, não sei se repararam mas as verbas destinadas às Juntas de Freguesia são basicamente as mesmas do ano anterior. Se isto já não é bom, mau é depois a metodologia escolhida para a distribuição dessas verbas. Aqui o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o PSD e o Executivo Camarário em exercício – Vereação PSD – estão de facto a cometer um crime.

Estão a tentar ser assassinos políticos porque dão às Juntas de Freguesia que lhes dizem ámen ou são do mesmo partido ou da sua facção partidária cerca de vinte mil contos, e às Juntas de Freguesia que não são do mesmo partido nem da sua facção partidária dão menos de cinco mil contos. Estas juntas que não são do mesmo partido têm o mesmo direito que as outras, têm trabalho e obras importantes para desenvolver na sua freguesia e o intuito do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor é só assassinar politicamente quem não é da sua cor ou do seu credo pessoal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que fez a seguinte intervenção:

“Sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e nove quero dizer o seguinte: disse aqui o Senhor Deputado do PSD – Sr. Carlos Rocha – que ficávamos sempre admirados...e hoje já se falou bastante em memória. Lembro-me perfeitamente quando o Dr. César de Oliveira saiu desta Câmara Municipal e o PSD passou o grande tempo sempre a falar na dívida do Dr. César de Oliveira.

Isto é verdade e parece-me que as pessoas já se esqueceram. Eu sou coerente. Das pessoas mais coerentes desta Assembleia Municipal e de honestidade intelectual – Sr. Dr. António Simões Saraiva, sou eu porque digo aquilo sempre da mesma forma, alterando às vezes com a visão do tempo.

Quero dar os parabéns a esta Câmara Municipal e a este Presidente porque mudaram de opinião.

Antigamente a Câmara Municipal não devia ter dívida e agora já pode ter. Mas eu sempre disse que podia ter.

O grande problema aqui se põe...E depois disse aqui Senhor Deputado Carlos Rocha que isto não era bem um orçamento eleitoralista.

Logicamente que nós sabemos que em termos de endividamento o senhor Presidente da Câmara Municipal sempre foi contra. Sempre disse que se administrava a Câmara Municipal como se administrava a casa.

O problema que se pôs é que houve alterações de políticas concelhias e esta Câmara Municipal tinha que fazer obra para mostrar que tem trabalho.

Em relação às Grandes Opções do Plano, não me revejo em algumas delas...o grande problema é que com esta verba éramos capazes de fazer melhor. Este é que é o grande problema. Isto não se faz por acaso, faz-se com opções e cada um tem as suas opções.

Mas eu vou dar um pequeno exemplo de que qualquer um administraria muito melhor esta Câmara Municipal.

Eu, com o dinheiro que se gastou na rotunda Armindo Lousada fazia o seguinte: umas piscinas na Cordinha, uma sala polivalente na Escola de Vila Franca da Beira e fazia uma sala polivalente na Escola do 1.º Ciclo do Seixo da Beira.

Eu sei, por exemplo, que na Escola do Seixo da Beira as crianças deslocam-se para ir comer ao Centro Social e Paroquial. Têm de se deslocar mesmo com chuva e vento. Por essa razão, já vi encarregados de educação a quererem transferir os filhos para a Cordinha, por acharem que quando está a chover e está vento, não é justo.

Por isso, é neste debate político e nesta forma de ver a política que as opções se fazem e, por isso, quero dizer o seguinte: há pouco o João Dinis disse que a melhoria da estrada Oliveira/Felgueira era uma obra necessária. Era uma obra tão necessária que eu quero admitir que hoje há menos acidentes naquela estrada.

Fico contente também pela obra ter sido executada por um empreiteiro do concelho o que quer dizer que dá emprego a pessoas do concelho.

Há bocado...ninguém esclareceu e, se calhar, algumas pessoas ficaram com dúvidas e não sabiam a propósito da estrada e daquela primeira rotunda do Ervedal da Beira.

Eu não vou dizer quem é que teve ou não a culpa. O que eu vi – porque passei lá – foi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma invasão dos terrenos do lado direito.

Desse lado há uns terrenos e as máquinas entraram lá. Passado um dia vejo lá um Senhor...e eu perguntei: há aí algum problema? E responderam-me que o empreiteiro tinha invadido os terrenos e o proprietário não sabia de nada.

Penso que deve ter havido alguma precipitação de alguém e penso que não seria do empreiteiro, pois não iria invadir...Penso que não deve ter havido negociação ou se houve ficou alguma confusão.

Outra visão que eu tenho, por exemplo, continuo a pensar...Vem aqui no Plano e Orçamento o Centro Escolar de Oliveira do Hospital...Outra visão que eu tenho diferente sobre isto é que, até porque é subsidiado em termos comunitários, eu faria uma obra nova e fazia uma obra na zona do parque escolar onde já estão as escolas.

Costuma-se dizer que reconstruir fica mais caro do que construir de novo e eu tenho essa experiência. O que eu quero dizer é que eu tenho formas diferentes de ver as obras.

Quero dizer que não sou a favor de maiorias nem no Governo. Mas, há pessoas aqui que falam das maiorias do Governo e depois não falam de uma maioria confortável que o PSD tem aqui e que deixa passar carros e carretas. Isso também é verdade. Às vezes não sei porque é que é assim. Conheço aqui pessoas sérias e honestas que fazem parte da bancada do PSD...mas às vezes parece que até há medo se calhar porque pensam de maneira diferente.

Gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal – o Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira e o Presidente da Escola do Ervedal da Beira têm várias vezes pedido, para ali, alcatroar meia dúzia de metros junto à escola.

Vou-lhe dizer o seguinte: o Senhor tem participado nas assembleia das escolas, e eu não quis levantar isso no Conselho Geral porque acho que é aqui o lugar indicado para o fazer.

Ainda agora fez umas obras no Ervedal da Beira – bem feitas –, os alcatroamentos e eu acho que é por uma questão de birra que o Senhor não faz aquilo junto à escola.

O Senhor às vezes apanha umas birras e não sei se é por eu estar na Escola da Cordinha mas se é por isso, veja lá, que eu peço a transferência.”

Seguidamente, o Sr. João Abreu fez a seguinte intervenção:

“Numa primeira nota quero dizer o seguinte: foram utilizados por diversas vezes os seguintes termos: honesto, honestidade, etc e, na minha opinião, com um sentido contraditório.

A gente abespinha-se porque o Dr. António Simões Saraiva refere a desonestidade de alguns membros desta Assembleia Municipal mas depois nós que nos indignamos com isto vimos dizer aqui o seguinte: mas esta atitude é desonesta, etc.

Nós temos que medir bem as palavras porque de facto essa questão da honestidade e do oportunismo, mexe com a dignidade das pessoas, como todos sabemos.

O que eu posso dizer como Presidente de Junta de Freguesia – e é evidente que estou limitado pela visão que tenho do território em que estou inserido – é que vou pedir mais obras para a minha freguesia.

De qualquer maneira parece-me que independentemente da apreciação que cada um faça do orçamento, ele é coerente e realista, embora de facto não apostando em obras faraónicas. Mas creio que tem obras estruturantes e importantes para o concelho.

De qualquer maneira queria dizer que o orçamento não contempla uma única obra para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Meruge.

Não vi parcela a parcela mas andei à procura das obras para a minha freguesia e, de passagem, fui vendo se as rubricas gerais tinham verbas que pudessem contemplar as obras que nós consideramos importantes.

As obras que nós reclamamos terão cabimento em algumas destas rubricas e eu, para que conste, passava a citar algumas pretensões que nós temos para o ano de 2009 embora as Grandes Opções do Plano tenham um alcance mais vasto e mais prolongado no tempo.

Desde logo, pensamos que a questão do isolamento e a necessidade do desenvolvimento das populações tem muito haver com a rede viária.

É necessário o alcatroamento do caminho Nogueirinha/Arcozelo. Há uns anos este caminho praticamente não existia pois estava obstruído. Com as máquinas da ADESA foi aberto nomeadamente em toda a extensão do concelho de Seia e passou a ser um caminho utilizado quer pela população de Nogueirinha quer pela população de Arcozelo.

Se fizerem investimento no alcatroamento deste caminho não tenho dúvidas nenhuma que, quer Nogueirinha quer Arcozelo, beneficiarão dessa obra. Mas claro que tem de ser realizada em parceria com a Câmara Municipal de Seia.

Importante é também o alcatroamento do Caminho do Monte Ruivo/Vale da Cabra. Este caminho não existia, foi aberto pelas máquinas da ADESA e serve uma zona importante da freguesia do ponto de vista agrícola e económico.

É importante do ponto de vista económico porque vai entroncar com o empreendimento turístico do Vale da Cabra que tem um Parque de Campismo que tem sofrido, nos últimos anos, um constante investimento nomeadamente na reabilitação de casas agrícolas e construção de outras casas.

Creio que também se justifica, qualificando os acessos e as infra-estruturas instaladas dinamizando a economia.

Relativamente à questão da fixação das pessoas, etc., muitas das vezes diz-se: pronto está bem mas vamos construir um Polidesportivo para quê? Depois, não há pessoas para fazer equipas de futebol!

Mas a existência de um espaço próprio para brincar com qualidade é decisivo para que os pais pensem duas vezes se devem ficar ou não numa determinada localidade.

Eu já trouxe aqui esse exemplo e quero repeti-lo: este ano, em Meruge, existem duas turmas de 1.º Ciclo – numa Escola que esteve para encerrar – e ironia das ironias, esse facto obrigou-nos a ceder a sala onde funcionava o A.T.L. e procurar outra alternativa.

A alternativa foi a Escola de Nogueirinha que foi encerrada há sete ou oito anos por falta de alunos. Entretanto foi recuperada para Centro de Dia. Hoje, funciona lá o prolongamento de horário para o Jardim-de-infância para satisfação dos pais e das crianças, pois foi um espaço muito bem preparado pela Câmara Municipal.

Refiro tudo isto porque penso que não devemos desistir de fixar as pessoas nas nossas aldeias. Se tivermos os equipamentos necessários as pessoas fixam-se nas nossas aldeias.

Aproveito para meter mais uma “colherada” sobre a questão do protocolo com a Câmara Municipal em que as crianças do Jardim-de-infância passaram a poder frequentar as piscinas municipais e onde a Junta de Freguesia paga ao monitor.

O que é curioso é que neste momento os jovens de Meruge que habitam em Oliveira do Hospital e – num caso concreto – em Lagares da Beira pedem à Junta de Freguesia que os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seus filhos sejam integrados nesse programa de acesso às piscinas municipais.

Eu não estou a dizer que eles amanhã vão para Meruge mas já tive casos de pessoas que residiam aqui e que perceberam que num apartamento onde têm que pagar, por exemplo, o A.T.L. que tem custos elevados etc., não era compensador e foram para Meruge.

É óbvio que, para dar mais qualidade e melhor segurança, necessitamos de uma carrinha.

É evidente que nós, com um orçamento anual de vinte mil euros não temos capacidade financeira. A Câmara Municipal tem de nos dar também esse apoio, tanto mais que nós fazemos o transporte para o Agrupamento e fazemos o transporte diário das crianças de Nogueirinha.

Também já foi dito e explicado porque é que não vêm as ETAR'S no orçamento. Eu, muito sinceramente fico perturbado com esta situação das Aguas do Zêzere e Côa, não pela empresa mas por termos acreditado que estava ali a salvação para o nosso meio ambiente, para os investimentos necessários para as ETARES e no abastecimento em qualidade e abundância de água ao concelho e afinal andamos a patinar e pelo que vejo vamos continuar a patinar durante muitos anos.

De qualquer maneira ainda há problemas de saneamento para resolver na freguesia. Na Rua do Cimo, no Bairro do Canto e no Bairro da Tapada não há saneamento.

Também creio que há questões do ponto de vista da cultura...o concelho é muito rico do ponto de vista cultural, de monumentos, etc.

Já disse isto muitas vezes e repito – o concelho merecia uma carta cultural...

No que concerne à minha freguesia também temos património e um bom exemplo é o Parque Biológico que é uma preciosidade e que nós próprios, agora, estamos a perceber o potencial que temos ali.

Recentemente, uma senhora universitária fez uma tese de Mestrado e agora está a fazer uma tese de doutoramento sobre as Sepulturas Antropomórficas de São Bartolomeu. Recebemos a tese de mestrado que nós queremos editar com as devidas adaptações. Isto é valorativa não só para a nossa freguesia mas também para o concelho e penso que a Câmara Municipal estará disponível para apoiar nesse objectivo.

Relativamente à Feira do Porco e do Enchido quero dizer que se não fosse o apoio da Câmara Municipal não conseguíamos fazer o evento.

Mas, eu penso e digo, que a Feira do Porco e do Enchido devia ser encarada não apenas como uma iniciativa da Junta de Freguesia e da Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral mas sim como um evento do concelho.

Não tenham dúvidas que do ponto de vista gastronómico é o evento que mais projecta Oliveira do Hospital.

No campo das respostas sociais na freguesia de Meruge tenho dado passos importantes – um trabalho desenvolvido pela Associação de Desenvolvimento.

Neste momento temos condições de avançar com um projecto de novas instalações para lar, creche, centro de dia e A.T.L.

Temos o terreno, o projecto e os contactos com a Segurança Social e também esperamos que a Câmara Municipal contribua na medida do possível para que se incorpore no concelho esta mais-valia.

No que concerne às vias de comunicação, espero que obras como as Ruas do Corvo e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Principal, em Nogueirinha, e a Rua 25 de Abril, se concretizem neste Orçamento, bem como o reforço e a ampliação da rede eléctrica no limite com Várzea de Meruge.

Depois, do ponto de vista do projecto, nós temos um pelo qual nos estamos a debater muito que é o Parque Biológico das Entre-Águas.

É um projecto que na nossa opinião é inovador e que também vai incorporar mais-valias não apenas para a nossa freguesia mas também para o concelho.

Quero aproveitar para agradecer publicamente ao Dr. Francisco Antunes e à sua esposa pela cedência do terreno que faltava para que este projecto físico pudesse ser concretizado.

É evidente que eu irei votar de acordo com a decisão da CDU. Não vamos votar favoravelmente nem o Plano e o Orçamento e nem as Grandes Opções do Plano.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara interveio para dar algumas informações e esclarecimentos:

“Para fazer face a tudo o que foi dito, naturalmente, que o orçamento nunca poderia ser de vinte e cinco milhões de euros mais sim de setenta e cinco a cem milhões de euros.

Mas dizer também em ar de resposta ao Sr. deputado José Carlos Alexandrino que eu também não fazia a opção de fazer um mamarracho que lá está de uma Casa do Povo que ainda lá existe e que eu também não tenho nenhuma responsabilidade disso. Está lá um bom retrato do que são os investimentos.

Queria dizer que efectivamente foram feitas um conjunto de referências acerca do Plano e Orçamento...mas gostaria de dizer aos senhores deputados que quando foi aprovada a proposta de contracção do empréstimo foi dito claro e objectivamente para o que é que era o empréstimo.

Aliás, não percebo o porquê da dúvida que assaltou o Dr. Rodrigues Gonçalves quando disse que não havia objectivo e que nós se fossemos uma comissão de serviço já estávamos demitidos, etc, etc.

Não percebi porque realmente o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves votou a aprovação daquele projecto, sabia que o dinheiro era para aplicar naqueles projectos e portanto não sei onde é que está a dúvida relativamente aos objectivos.

Sobre a questão do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves ter feito um comentário que não tinha haver com o Plano e Orçamento, sobre a questão dos maus e dos brandos, o senhor não pode falar daquilo que não conhece.

Tenho a certeza que se o senhor conhecesse o processo falava de outra forma.

Como o senhor não conhece o processo, fala porque é bom e é mais uma oportunidade para dar uma pancadazita no Presidente da Câmara Municipal que é um homem quezilento, que cria problemas, gera conflitos, etc.

Mas, se o senhor conhecesse o processo tinha uma atitude completamente diferente.

Voltando à questão do Plano e do Orçamento – foram ditas um conjunto de afirmações acerca do Plano que naturalmente eu poderia comentar, porque há muita coisa que não consta do Plano.

Não consta do Plano porque não há condições objectivas para constar do Plano. Ou seja, é uma questão de opções.

Quando se fazem opções, fazem-se escolhas.

Naturalmente, as minhas escolhas são diferentes daquelas que fazia porventura o Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dr. Rodrigues Gonçalves ou faria o Sr. José Carlos Alexandrino.

Mas, quando o executivo faz escolhas, justifica também as suas escolhas. Eu percebo que para o Sr. José Carlos Alexandrino era mais importante gastar três milhões a fazer um Centro Educativo e deixar umas instalações abandonadas para outra coisa qualquer do que fazer uma ampliação criando, precisamente, as mesmas valências que tem um Centro Educativo.

Percebo porque é uma questão de alimentação do ego. É querer ser grande ser ter capacidade para o ser. Isso é próprio! A gente também vai vendo aqui ao nível das posições, dos organismos que existem cá na cidade e como são geridos, etc e vamos também nós tirando algumas conclusões.

Aqui, há efectivamente, por parte dos senhores – e muito bem – fiscalização sobre aquilo que são os actos do executivo.

Relativamente à aplicação dos dinheiros públicos e é isto que está em causa. Aqui o que está em causa é a aplicação dos dinheiros públicos.

Aquilo que a Câmara Municipal faz é tentar rentabilizar ao máximo os dinheiros públicos.

Gostava de dizer outra coisa – eu nunca disse que não havia de haver dívida. O que eu disse foi que não deve haver dívida a fornecedores e empreiteiros, que é diferente de dizer que não deve haver dívida. Não façam confusões!

É por causa dessas dívidas aos fornecedores e aos empreiteiros que o Governo tentou lançar um programa especial para pagar e que, felizmente, à Câmara Municipal de Oliveira do hospital não se aplica.

O Governo tentou, agora, lançar um programa para pagamento das dívidas do Estado e chamou à atenção das autarquias para recorrerem a um programa com vista a pagarem as dívidas aos fornecedores e aos empreiteiros.

Também é por causa das dívidas que, nós temos dificuldades, hoje, em nos financiarmos internacionalmente.

Ainda agora, li no “Sol” que a Caixa Geral de Depósitos queria contrair um empréstimo de 2.000.000,00 € e só lhe foram concedidos 1.250.000, €. Isto porquê? Por falta de confiança, apesar de ter aval do Estado, no seu pagamento.

Isto significa que é preciso as pessoas estarem tranquilas em termos daquilo que é o seu comportamento perante fornecedores e empreiteiros e saberem que as pessoas quando vêm fazer obras para essa casa têm de receber em função do trabalho que se desenvolve.

Quero dizer aos senhores que no âmbito do novo quadro comunitário do QREN para contratualização, financiamentos, aquilo que a Câmara Municipal vai buscar nos próximos anos até dois mil e treze são qualquer coisa como 3.600.000,00 €. Isto para os próximos anos! Claro que há outras candidaturas e claro que a Câmara Municipal apresentou outros projectos – por exemplo, no âmbito do PROVERE.

Mas mesmo no âmbito do PROVERE, contas feitas, dá qualquer coisa como 1.000.000, 00 € para investimento público no concelho de Oliveira do Hospital.

Mas se formos ao PRODER isso saímos de lá – desculpem-me a expressão – “com as calças na mão”. Saímos sem quase nada porque o programa do PRODER tem meia dúzia de trocos. Estes programas são para fazer política! Os programas do PRODER é que são para fazer política. E, não é por acaso que são entregues a determinado tipo de estruturas. E, nós,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabemos como é que elas funcionam e quem é que lá está. Estas coisas é que não são ditas.

É importante dizer estas coisas e eu não tenho problemas em dizê-las. Eu não tenho medo de dizer o que penso acerca destas coisas.

Digo que efectivamente quando o Dr. Rodrigues Gonçalves diz assim: cinquenta a sessenta por cento de execução – pois, o Sr. Dr. sabe muito bem disso, não é novo. Isto já foi explicado diversas vezes. Isto não foi só praticado por nós! Quando vocês estiveram aqui também se aplicava o mesmo princípio. Então também tinham sido todos demitidos por falta de competência para executar.

Portanto, sempre foi dito aqui e assumido por nós que obra que está em execução tem que ter cobertura total para o seu pagamento.

O Tribunal de Contas diz que tem de ter cobertura senão não dão o visto e não aprovam a execução da obra.

Se nós queremos lançar obras novas temos que abrir novos projectos e temos de criar novas receitas expectáveis e é isso que fazemos. Fazemos nós e faz todo o País ao nível das autarquias.

Por isto, gostava de dizer que nós temos em curso a consolidação, reabilitação e divulgação dos monumentos megalíticos em que falta pagar 71.498,29 e;

Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital/Felgueira-Velha em que falta pagar 1.002.495, 00€;

Abastecimento de água e saneamento a Casal de Abade, Pinheirinho, Quinta do Outeiro e Cabeçadas falta pagar 504.215,33 €;

Beneficiação, rectificação e pavimentação da EM 504 Lagares da Beira/Limite do Concelho/Meruge falta pagar 798.697, 50 €;

Só destas obras temos 4.142.529, 60 € e depois temos empreitadas adjudicadas ou em processo de adjudicação.

Temos a remodelação e ampliação da EB 1 e Jardim-de-infância de Oliveira do Hospital – já começaram os trabalhos – 464.731, 69€.

Construção de uma nova elevatória de águas residuais junto ao lar de acamados de Avô – 40.000, 00 €.

Biblioteca Municipal – 592.743, 65 €.

Estrada do Vale do Alva/Aldeia das Dez/Vale de Maceira – 1.211.715, 17 €.

Rectificação e pavimentação dos caminhos Lagos da Beira/Zona Industrial – 186.112, 50 €.

Isto é: mais 2.492.861, 61 €. Estas duas verbas somadas dão 6.635.391, 21 € e naturalmente que contrariamente àquilo que disse o Sr. Eng.º Carlos Maia vai ser lançado o concurso para a Estrada do Moinho do Buraco. Eu já disse isso em reunião de Executivo.

Alguns deixaram entender que nós fizemos o empréstimo, só agora, por questões eleitorais. Aqui, faz-se política de concelho. Não se faz política partidária.

Quero dizer também que aquilo que eu disse, digo ou continuarei a dizer aos oliveirenses é que fizemos o empréstimo para potenciar ao máximo os projectos que existem e aos quais podemos recorrer para ir buscar dinheiro.

Gostava de dizer ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves – que falou na questão da legalidade das rubricas gerais – que nós já tivemos mais do que um processo enviado para o Tribunal de Contas – que é a entidade máxima fiscalizadora nesta matéria – e nunca tivemos um processo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devolvido.

Se nenhum processo foi devolvido pelo Tribunal de Contas – na minha opinião – a inclusão de rubricas gerais é legal.

Sobre a questão educativa e a questão social gostava de dizer que temos aqui, em termos educativos, um sistema de referência. É curioso que o Sr. Deputado José Carlos Alexandrino, que já tantas vezes louvou o nosso projecto, hoje não se pronunciou sobre ele. Hoje, veio falar sobre infra-estruturas físicas que às vezes é o que menos interessa. O importante é a acção e aquilo que diariamente se faz no terreno.

Gostaria de dizer que também o Orçamento de Despesas Correntes aumenta substancialmente porque o Governo fez uma alteração às regras para as autarquias terem de pagar.

No que diz respeito à Acção Social Escolar o Governo anuncia e as autarquias pagam. Este ano, temos cerca de mais cem crianças a beneficiar dos apoios de Acção Social Escolar.

Sobre a questão social quero dizer que foi criado o Fundo de Emergência Social Municipal. Fiz esse anúncio quando me apercebi da situação social que estava a existir.

Salvo erro, anunciei a criação deste fundo na sequência do lançamento da primeira pedra da ARCIAL e disse que iria inscrever em Orçamento. Se houver necessidade esta verba existe em Orçamento para apoiar. É uma verba que tanto pode ter este valor como pode chegar ao fim do ano com menos valor utilizado ou, quem sabe, o dobro. Tudo depende do que vai acontecer.

A Câmara Municipal vai accionar esta verba em situações de complementaridade e de emergência social.

Sobre a questão do apoio ao investidor, efectivamente, foi dito aí que nós criamos seis gabinetes. Não criámos nenhuns gabinetes. Vamos ter uma parte logística comum onde a Câmara irá ter, talvez duas pessoas e, para reduzirmos os custos, vamos pôr a ADI a funcionar lá naquele espaço e as pessoas vão ter a oportunidade de se instalarem.

É uma situação que nós perspectivámos provisoriamente porque não sabemos o grau de aderência que vai ter. É em função desses vectores que o projecto se pode alargar.

Estamos numa fase experimental e, ao contrário daquilo que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves procurou dizer as verbas que estão inscritas, em princípio, são suficientes para se fazer o que se pretende.

Para além disso temos dois projectos que ninguém referiu: o Oliveira Investe e o PEC – Projecto para implementação de acções direccionadas sobre o empreendedorismo junto das escolas.”

Em seguida, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino tomou a palavra para dizer o seguinte:

“Percebe-se perfeitamente que o Senhor Presidente da Câmara Municipal ficou incomodado com as minhas declarações.

Aqui, se alguém é demagogo, é o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Acuso-o de tudo aquilo que me acusou.

Quero, ainda, dizer-lhe o seguinte: o Senhor, na discussão, vai ao insulto fácil e à mentira.

E, vou-lhe dizer uma coisa: está aqui o Senhor Presidente da Assembleia-Geral e podemos falar sobre isso. Vou-lhe recordar só isto: as casas do Povo, no tempo do Cavaco,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que só tinham como função a Segurança Social foram extintas. O Sr. Dr. Saraiva foi o pai desse projecto que está lá.

Depois, queria dizer-lhe outra coisa: o Senhor, há bocado, atacou uma pessoa que não está aqui presente quando se referiu a que houve um membro que se levantou e se foi embora. Mas olhe que eu não me vou embora, eu enfrento as coisas.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer o seguinte:

“Eu só queria dizer que eu não fiz acusação nenhuma. As leituras e posicionamento que foi ali tomado perante aquele micro, são única e exclusivamente, da responsabilidade do Senhor Deputado José Carlos Alexandrino.

O Senhor Deputado José Carlos Alexandrino jamais colocará na minha boca aquilo que eu não disse.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o quadriénio 2009/2012, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2009 e do Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanha a proposta de Orçamento, tendo sido aprovadas por maioria, com seis votos contra e três abstenções.

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Como se percebeu da minha intervenção, votei contra. Votei contra não pelo Plano e Orçamento mas por tudo aquilo que consta no mesmo e por tudo quanto vos referi atrás.”

Depois, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo catorze horas e quarenta minutos, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
